



# **Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas**



Universidade Técnica de Lisboa

## **Valor das Parcerias Institucionais para os processos de adopção: estudo em nove Lares de Infância e Juventude do concelho de Lisboa**

Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Política Social

**Mestrando: Túlia Marisa Baeta de Oliveira**

**Orientadora: Doutora Sónia Infante Frias Piepoli – Professora Auxiliar do  
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de  
Lisboa**

**Lisboa**

**2010**

## **Agradecimentos**

Um agradecimento muito especial, a todas as instituições que permitiram a realização deste estudo e aos seus Técnicos que disponibilizaram algum do seu tempo, para a realização das entrevistas. Sem eles este estudo não teria sido possível.

À Professora Sónia Frias Piepoli, pela a orientação, apoio e estímulo na elaboração deste trabalho.

À minha família por todo o apoio incondicional e em especial, à minha querida avó Maria, pelas constantes palavras de força e motivação.

A todos os meus amigos, por estarem sempre presentes na minha vida e também, pelo auxílio e apoio constante que me prestaram. À ti Gisa, um obrigado muito especial.

Ao Valter, pela constante força e apoio incondicional em todas as decisões da minha vida. Obrigado, por estares sempre presente, sem ti, tudo seria ainda mais difícil.

Túlia Marisa Baeta de Oliveira

Orientadora: Doutora Sónia Infante Frias Piepoli

Março de 2010

Valor da Parcerias Institucionais para os processos de adopção: estudo em nove  
Lares de Infância e Juventude no concelho de Lisboa

### **Resumo**

As parcerias possibilitam uma cultura de trabalho trans-institucional, através da cooperação entre as instituições e/ou entidades. Suscitam uma maior qualidade nas intervenções e possibilitam uma intervenção mais eficaz na resolução dos problemas.

Este estudo pretende aprofundar como esta metodologia de trabalho, poderá contribuir para uma agilização no processo de adopção das crianças e/ou jovens institucionalizados em lares de infância e juventude.

Estes lares acolhem crianças e jovens por um período superior a seis meses, como forma a proteger o menor da situação de perigo. Os lares de infância e juventude são uma medida provisória e promovem, sempre que possível, uma integração em meio natural de vida, em família.

Na medida, em que se pretende analisar as relações de parceria que os lares de infância e juventude estabelecem com as diferentes entidades e/ou instituições, realizou-se uma entrevista semi-estruturadas que foram aplicadas a 21 técnicos de 9 lares do concelho de Lisboa.

Os resultados observados, indicam algumas apreciações das equipas técnicas sobre o processo de adopção e o valor do trabalho em parceria.

**Palavra-chave:** crianças; jovens; instituições de acolhimento; lares de infância e juventude; adopção; parcerias.

Value of Institutional Partnerships for the processes of adoption:  
a study in nine Residential Children and Youth in the municipality of Lisbon

**Abstract**

Partnerships of a culture of cross-institutional work, through cooperation between institutions and / or entities. Pose a higher quality interventions and enable more effective intervention in solving problems.

This study aims to discuss how this methodology of work can contribute to streamlining the process of adopting children and / or in the homes of young institutionalized children and youth.

These residential accommodate children and young people for a period exceeding six months as a way to protect the child from danger. The residential of children and youth are an interim measure and promote, where possible, integration into the natural living environment and family.

To the extent, which aims to examine the partnership that the homes of children and youth establish with the different entities and / or institutions, held a semi-structured interview that were applied to 21 technicians of 9 residential in the municipality of Lisbon .

The observed results indicate some assessments of the technical staff on the adoption process and the value of partnership working.

**Keyword:** children; young; host institutions; residential of children and youth; adoption; partnerships

## **Índice Geral**

<b>Agradecimentos .....</b>	<b>2</b>
<b>Resumo .....</b>	<b>3</b>
<b>Índice Geral .....</b>	<b>5</b>
<b>Índice de Gráficos e Quadros .....</b>	<b>7</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>8</b>
<b>Procedimento Metodológicos .....</b>	<b>12</b>
<b>O estudo .....</b>	<b>12</b>
 <b>I Parte - Enquadramento Teórico Conceptual</b>	 <b>15</b>
 <b>Capítulo 1 – A importância do modelo de parceria</b>	 <b>15</b>
1. O conceito de parceria .....	15
2. O modelo de intervenção de parceria .....	17
3. O trabalho em parceria na construção do projecto de vida da criança e/ou jovem .....	19
 <b>Capítulo 2 - A Adopção em Portugal .....</b>	 <b>21</b>
1. A Adopção .....	21
1.1. Os Tipos de Adopção .....	21
1.1.1 A Adopção Plena .....	22
1.1.2. A Adopção Restrita .....	23
2. O Processo de Adopção .....	23
2.1. Equipa técnica no Processo de Adopção .....	24
2.2.2. Selecção dos candidatos a adopção .....	25
 <b>Capítulo 3 – Realidade Portuguesa sobre as Instituições de Acolhimento de Crianças e Jovens.....</b>	 <b>26</b>
1. O Acolhimento Institucional de Crianças e Jovens .....	26
2. Os Lares de Infância e Juventude .....	28
 <b>II Parte – A realidade explorada nos lares de infância e juventude</b>	 <b>31</b>
 <b>Capítulo 4 - A realidade dos lares de infância e juventude inquiridos</b>	 <b>31</b>
1. Caracterização dos lares de infância e juventude inquiridos .....	32

2. As equipas técnicas nos lares de infância e juventude inquiridos:	
Breve nota .....	35
3. A medida de institucionalização de crianças e jovens em lar de infância e juventude na perspectiva dos técnicos entrevistados .....	38
4. Medidas alternativas ao processo de adopção, segundo os técnicos entrevistados .....	39
5. A Lei de Adopção em Portugal: Perspectiva dos técnicos entrevistados .....	41
6. O processo de adopção, segundo os técnicos entrevistados .....	43
7. O contributo da Lista Nacional para Adopção para crianças e/ou jovens e para os candidatos a adoptantes no processo de adopção, segundo os técnicos entrevistados .....	45
8. Às relações de parceria na realização do processo de adopção, na perspectiva dos técnicos entrevistados .....	47
9. A importância das relações de parceria na definição do projecto de vida da criança ou jovem, segundo os técnicos entrevistado .....	48
9.1.A importância das parcerias entre as instituições e/ou entidades na definição do projecto de vida para adopção, segundo os técnicos .....	49
<b>Capítulo 5 - Breve exposição sobre o trabalho realizado nos lares de infância e juventude inquiridos .....</b>	<b>50</b>
1. Definição do projecto de vida da criança e/ou jovem: Breve nota sobre o trabalho desenvolvido pelos técnicos .....	50
2. Rede de parcerias dos Lares de Infância e Juventude inquiridos: Breve nota .....	53
<b>III Parte - Síntese e Propostas de Intervenção .....</b>	<b>57</b>
1. A importância das relações de parceria no processo de adopção em lares de infância e juventude .....	57
<b>Considerações finais .....</b>	<b>60</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>63</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>67</b>
<b>Anexo I – A entrevista</b>	
<b>Anexo II – Análise de resultados das entrevistas aplicadas às equipas técnicas dos lares de infância e juventude do concelho de Lisboa</b>	

## **Índice de gráficos e quadros**

### **Gráficos:**

Gráfico 1. Lares de Infância e Juventude existentes no Concelho de Lisboa .....	32
Gráfico 2. Avaliação do processo de adopção, segundo técnicos entrevistados .....	45
Gráfico 3 – Resultado da análise das entrevistas aos técnicos sobre o contributo da Lista Nacional para Adopção na agilização do processo de adopção .....	46
Gráfico 4 - Análise dos entrevistados à relação de parceria entre as instituições e/ou entidades na concretização da medida de adopção .....	47

### **Quadros:**

Quadro 1. Os lares de infância e juventude inquiridos e dirigidos por Associações e/ou Fundações.....	33
Quadro 2. Sexo e número dos menores acolhidos por lar de infância e juventude inquirido .....	34
Quadro 3. Idade dos menores acolhidos por lar de infância e juventude inquirido .....	35
Quadro 4. Área de formação dos entrevistados .....	36
Quadro 5. Número de técnicos por equipa nos lares de infância e juventude inquiridos ...	37
Quadro 6. Medidas alternativas ao processo de adopção, segundo a análise dos entrevistados .....	40

## **Introdução**

A adopção é um vínculo que à semelhança da filiação natural se estabelece legalmente entre duas pessoas independentemente dos laços de sangue e se constitui por sentença judicial. Deste modo, a adopção poderá ser vista como uma fonte de relações familiares de afecto e pertença, tituladas pelo direito, pois o Estado e a comunidade viabilizam o direito de toda a criança se desenvolver numa família. O artigo 67º da Constituição da Republica Portuguesa titula que a família é o elemento fundamental da sociedade e tem o direito à protecção do Estado (Roçadas, 2005).

A adopção é entendida como uma medida ideal e privilegiada de protecção aos menores que estão privados do seu meio familiar, permitindo a sua inserção em termos estáveis e seguros no seio de uma nova família.

Actualmente, existe cada vez mais uma preocupação com as crianças e jovens institucionalizados para que o tempo de institucionalização seja mais diminuto (Roçadas, 2005). Deste modo, a institucionalização visa ser uma medida passageira, porque o grande objectivo é que as crianças e jovens em adopção tenham um projecto de vida adequado às suas necessidades e o direito a uma família. O valor da adopção, reside no facto de uma criança desprovida do seu meio familiar, possa adquirir uma família que lhe dê afecto, carinho e amor que assegure a sua educação e sustento, zele pela sua segurança e saúde e promova o seu desenvolvimento psíquico e afectivo.

Historicamente, em Portugal a assistência às crianças era feita através da Roda dos Expostos. Este mecanismo existia nas instituições de acolhimento e consistia num cilindro com uma abertura larga para colocar uma criança, sendo esta recolhida no interior sem que fosse possível ver quem a depositara, permitindo o anonimato de quem deixava a criança. A Casa dos Expostos recebia e acolhia estas crianças, o que desencadeou problemas de sobreocupação. Estas instituições de acolhimento passaram a entregar as crianças aos cuidados de amas que residiam nas províncias. (Basto, 1994).

Esta situação suscitou, outras formas de protecção à infância e a 1 de Dezembro de 1870 a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa extingue a Roda, criando um sistema de concessão de subsídios às mães indigentes e às famílias que viessem retirar as suas crianças da Roda. Desta forma, começa-se a privilegiar o reconhecimento à família, como um meio de socialização e um pilar da organização social (Basto, 1994).

No período entre I e II Guerra Mundial, surge uma nova perspectiva sobre a adopção, assumindo como relevância jurídica três questões: a atribuição do estatuto de filho legítimo por parte do adoptado, a possibilidade de adopção por parte dos pais já com filhos biológicos e a importância do período pré-adoptivo da adaptação e integração. Fomentou-se uma inovação no Código Civil de 1966, regulamentando a adopção como fonte de relações familiares, pois esta matéria não estava regulada no Código de Seabra em 1867 (Santos, 2002).

O Decreto-lei nº 496/77 de 25 de Novembro, veio regulamentar uma reforma ao nível do adoptante e do adoptado e também, ao nível do Instituto de Adopção que não estava estabelecido anteriormente e a valorização da aplicação da adopção plena. O Instituto de Adopção avocou um



papel na constituição do vínculo em relação ao adoptante e ao adoptado, permitindo que a adopção fosse feita por um casal e, diminui a idade mínima dos adoptantes e os anos de casamento.

Alusivo ao adoptando, permitiu que fossem adoptados plenamente, não só os filhos do cônjuge do adoptante, os filhos de pais incógnitos ou falecidos e os menores declarados abandonados judicialmente e também, os menores que residissem e estivessem a cargo do adoptante.

Posteriormente, o Decreto-lei nº 274/80 de 13 de Agosto, regulou a participação dos organismos da Segurança Social na organização dos processos de adopção de menores, nomeadamente, na competência da definição e execução de uma política de protecção social relativa ao bem-estar da criança e na colaboração com os tribunais sobre a decisão do processo de adopção, o interesse da criança devia prevalecer sobre aos demais.

Em 1993 o Decreto-Lei 185/93 de 22 de Maio deu ensejo a profundas alterações no processo de adopção, nomeadamente, na criação do instituto da confiança do menor com vista à futura adopção, a presença de parentes do progenitor falecido durante a audiência, a alteração de idades previstas para adoptantes e adoptados e na possibilidade de mudar o nome próprio do adoptado.

Também, vinculou o cariz de confidencialidade da identidade do adoptante e dos pais naturais e no processo de adopção, possibilitou a admissão de recurso de decisões que rejeitem a candidatura do adoptante. Tornou mais claro, o consentimento da comunicação do tribunal ao organismo de Segurança Social, sobretudo em casos de consentimento prévio, na duração do matrimónio, na idade mínima e máxima para a adopção (Santos, 2002).

Presentemente em Portugal é a Lei 31/2003 de 22 de Agosto, que vem simplificar e agilizar o processo de adopção e contribuir para que se cumpra o direito da criança a crescer numa família que a ame (Simões, 2004). As últimas alterações da lei visam o superior interesse da criança, nomeadamente, na agilização do processo de adopção criando um projecto de vida para que cresça numa família feliz (Santos, 2002).

Sucederam-se também alterações ao nível das características das equipas de adopção, nomeadamente, ao nível da multidisciplinaridade, possibilitando uma maior eficácia na definição de projectos de vida dos menores, tendo em vista o superior interesse da criança, bem como o princípio da prevalência em seio familiar. (Roçadas, 2005).

Presentemente, a adopção continua a ser uma questão muito actual, existindo várias situações que desencadeiam processos de adopção. A título de exemplo, temos menores que são retirados da sua família natural, por situações de privação ou supervisão ao nível das necessidades básicas e das necessidades psico-afectivas, bem como o abuso físico, psicológico e sexual (Diniz, 1997).

Existem problemas associados às famílias, que podem suscitar a retirada da criança, ao nível da saúde, nomeadamente, problemas relativos à toxicodependência, ao alcoolismo, as situações de doença crónica e as perturbações do foro psíquico. Encontramos outros problemas relacionados com questões de âmbito familiar como: a monoparentalidade, as famílias reconstituídas e as famílias substitutivas, mas também, a disfuncionalidade familiar, a violência doméstica e ainda, os problemas do foro psicossocial; questões sócio-económicos como: a baixa escolaridade, o desemprego, a

precariedade económica, problemas habitacionais e educacionais, as fracas competências parentais, pessoais, sociais, etc (Diniz, 1997).

Segundo dados do Instituto de Segurança Social em 2007 no nosso país, existiam cerca de sete mil (7000) crianças e/ou jovens separadas da sua família de origem, estando aos cuidados de diferentes unidades de acolhimento, nomeadamente, em centros de acolhimento temporário e em lares de infância e juventude. Verificou-se depois um aumento de crianças adoptadas, registando-se em Outubro de 2008, quinhentos e oitenta e sete (587) crianças e/ou jovens adoptados e seiscentos e cinquenta e oito (658) estavam em período de pré-adopção (Silva, 2008).

Apesar dos números anteriormente revelados, significarem um passo bastante positivo para adopção, temos outros valores segundo dados do Instituto de Segurança Social, indicam que somente cinquenta e um (51) dos dois mil duzentos e vinte sete (2227) casais que pretendem adoptar, adoptariam uma criança com mais de 3 anos e apenas cento e cinquenta e dois (152) casais adoptaria uma criança com problemas de saúde (Silva, 2008).<sup>1</sup>

Segundo os números apresentados, verifica-se que houve um aumento do número de adopções realizadas em Portugal, mas verifica-se uma preocupação crescente com a existência de menores a viver em instituições de acolhimento e promove-se a integração destes em meio familiar.

Reconhece-se também, a importância da adopção como um processo que possibilita uma nova vida para as crianças e/ou jovens acolhidos e através de mudanças legislativas poderão vir a concretizar-se mais processos e se promoverem-se condições que possibilitem mais famílias a adoptarem.

A melhoria da Lei é sempre benéfica, bem como a chamada de atenção para o problema grave, no entanto, dificilmente se revolverá a situação se não houver uma explicação que consiga introduzir modificações nas atitudes das pessoas (Diniz, 1997).

Estas perspectivas fazem-nos pensar, como há medidas desadequadas à realidade, apesar das alterações que têm sido feitas. O processo de adopção é para muitos considerado um processo moroso, desarticulado da realidade das famílias que pretendem adoptar e também, da realidade das crianças e/ou jovens em busca da adopção.

Estas e outras questões despoletaram o meu interesse para o estudo deste tema e suscitaram a ideia de que o trabalho em parceria poderia tornar-se num contributo na agilização dos processos de adopção.

As relações de parcerias são formas de trabalho entre as diferentes instituições e/ou entidades, este facto pode inclusive, observar-se através de diferentes programas e medidas criadas

---

<sup>1</sup> No I Congresso Internacional de Adopção, realizado em 19 de Novembro de 2008, o Ministro do Trabalho e da Segurança Social, indicou que em 2003 adoptaram-se 372 crianças/jovens, em 2004 adoptaram-se 382 crianças/jovens, em 2005 adoptaram-se 319 crianças/jovens, em 2006 adoptaram-se 415 crianças/jovens, em 2007 adoptaram-se 584 crianças/jovens e até Outubro de 2008 tinham sido adoptadas 587 crianças/jovens.

pelo Governo e também da União Europeia que têm como principal objectivo instituir relações de parceria entre os diferentes organismos.

O Fundo Social Europeu, também priorizou a criação de parcerias, na elaboração e execução das políticas eficazes, exigindo o envolvimento dos agentes e o reforço de redes e da cooperação entre as diferentes instituições e/ou entidades. Deste modo, a capacidade institucional pretende apoiar o desenvolvimento de parcerias em diferentes domínios políticos e a todos os níveis territoriais (Comissão Europeia, b)

A criação do programa Rede Social através do Decreto-Lei nº 115/2006, impulsionou um trabalho em parceria como uma estratégia da intervenção social local. O principal objectivo deste programa é a constituição de parcerias entre os serviços públicos e privados aplicando-se um planeamento estratégico, capaz de servir de base para a articulação de actividades entre todos os parceiros (Castro, s/d).

Importa pois reconhecer, que a formação de parcerias, assume, nos dias de hoje, uma enorme relevância no trabalho social e consequentemente, adquire um papel de destaque na intervenção das instituições e/ou entidades que cooperam no mesmo sentido, permitindo que se definam respostas mais eficazes e adequadas. Das relações entre parceiros surge uma metodologia que possibilita uma cultura de trabalho trans-institucional, na medida, em que se divulgam formas de desenvolvimento de competências inovadoras e se possibilita uma maior eficácia e eficiência na resolução dos problemas, assim como boas práticas.

Os objectivos inerentes a este estudo consistem, na aferição sobre a valia das relações de parceria, entre as instituições e/ou entidades públicas e privadas que participam no processo de adopção e como estas relações poderão contribuir para uma agilização neste processo.

## **Procedimentos Metodológicos**

### **O Estudo**

A natureza pluridimensional dos problemas existentes na sociedade, suscita novas formas de intervenção, que visem minimizar problemas existentes e fazer face às necessidades que os técnicos de diferentes áreas vão sentido ao longo do trabalho que vão desenvolvendo. Neste sentido, surgem as relações de parcerias, como uma metodologia participativa entre as diferentes instituições e/ou entidades, que promovem uma cultura de trabalho interinstitucional, permitindo uma relação de cooperação com vista a uma maior qualidade e eficácia nas intervenções (Castro s/d).

Neste estudo pretendemos analisar o modelo de intervenção em parceria, a partir das relações de parceria, que os lares de infância e juventude no concelho de Lisboa estabelecem e/ou desenvolvem com diferentes instituições e/ou entidades e ainda o modo, como esta metodologia de trabalho poderá contribuir para uma intervenção eficaz na definição do projecto de vida da crianças e/ou jovem institucionalizados com vista à medida de adopção.

Segundo Quivy (1998) os investigadores em ciências sociais não descrevem apenas os fenómenos tentam compreendê-los e analisá-los, sendo necessário recolher dados que mostrem o fenómeno de forma inteligível (Quivy, 1998). Por isso, a realização deste estudo irá versar sobre uma articulação entre duas estratégias de investigação, a pesquisa teórica e o trabalho de campo.

A pesquisa teórica consistirá numa análise de obras bibliográficas e de documentos de diferente índole. Também, a recolha de informação por meio da participação em conferências e workshops, foi importante, porque possibilitou o alargamento da recolha documental.

A pesquisa documental, como Hermano Carmo (1998) refere “ajuda o investigador, na angariação de conhecimentos indispensáveis para que este se familiarize com o seu objecto de estudo” (Carmo, 1998). Deste modo, a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental tornaram-se essenciais na realização e desenvolvimento do estudo.

O trabalho de campo, possibilita-nos um conhecimento mais profundo sobre o funcionamento das instituições, as boas práticas, as intervenções e as metodologias de trabalho, ou seja, permite-nos conhecer toda a realidade da área na qual se pretende intervir.

O desenvolvimento do trabalho de campo versou sobre três fases distintas.

Primeiro, realizou-se um recenseamento dos diferentes lares de infância e juventude existentes no concelho de Lisboa. A escolha do concelho de Lisboa prende-se, sobretudo com questões relativas a acessibilidade.

Segundo dados referenciados na Carta Social de 2009, no concelho de Lisboa, existem quarenta lares de infância e juventude. Dezoito lares são dirigidos por associações e/ou fundações de solidariedade social, nove lares são dirigidos pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, doze lares dirigidos pela Casa Pia de Lisboa e um Lar dirigido pelo Instituto de Segurança Social.<sup>2</sup>

Numa segunda fase, estabeleceram-se contactos telefónicos e contactos por correio electrónico, com as diferentes instituições e/ou entidades que detêm a regulação destes lares. Ao longo de seis semanas entre o mês de Janeiro e Fevereiro de 2010, agendaram-se as data para a realização das entrevistas que decorreram num período de três semanas durante o mês de Fevereiro e Março de 2010.

Foram surgindo algumas dificuldades na realização destes contactos com algumas instituições.

Estas instituições como medida de protecção às estas crianças e/ou jovens acolhidos e, nalguns casos, por razões inerentes ao seu próprio regulamento, não foi permitido a realização das entrevistas aos seus técnicos.

Outra limitação a referir, teve a ver com foi a falta de resposta (em tempo útil) de algumas instituições, apesar dos inúmeros contactos realizados.

Nalguns casos, a persistência no contacto com as instituições, revelou-se um factor importante para uma resposta positiva, relativamente à realização da entrevista à equipa técnica.

No final foram aplicadas entrevistas em nove lares de infância e juventude do concelho de Lisboa e realizaram-se entrevistas confidenciais a vinte um técnicos.

Estes lares são dirigidos por seis associações e/ou fundações de Solidariedade Social, que por questões de confidencialidade não vêm mencionado o seu nome neste estudo.

O tipo de entrevista utilizada neste estudo, foi a entrevista semi-estruturada. Esta entrevista permite que o entrevistador possa pôr as questões principais e tenha a liberdade de alterar a sua sequência ou introduzir novas questões. Deste modo, o investigador tem a possibilidade de se adaptar ao longo da entrevista em busca de mais informações (Moreira, 2002).

Após a preparação da primeira versão da entrevista, realizou-se o pré-teste a 3 entrevistados. Na opinião de Moreira (1998) o pré-teste é usado para decidir e justificar as mudanças, possibilitando converter as alterações em decisões claras e definitivas (Moreira, 1998). Neste caso, possibilitou-me introduzir questões que não tinham sido consideradas inicialmente e que foram fundamentais para o estudo.

Por último, analisou-se a rede de serviços e a intervenção das equipas técnicas e solicitou-se também, aos técnicos uma reflexão sobre o processo de adopção em Portugal.

A entrevista efectuada aos técnicos das diferentes equipas dos lares de infância e juventude, foi estruturada em quatro partes distintas:

---

<sup>2</sup> <http://www.cartasocial.pt/>. Consultado a 10 de Novembro de 2009.

- Na primeira parte analisaram-se os elementos relativos à formação e à função desempenhada pelo técnico;
- Numa segunda parte, procurou-se saber o parecer dos técnicos entrevistados sobre o processo de adopção, nomeadamente, a descrição e a avaliação e também, o conhecimento sobre a lei da Adopção em Portugal e as alternativas inerentes ao processo de adopção;
- Na terceira parte, procurou obter-se junto dos técnicos informações relativas ao número de processos de adopção que o lar tenha concretizado e a sua avaliação sobre as relações que foram estabelecidas entre as instituições durante esse processo;
- Por fim solicitaram-se algumas considerações sobre o valor das relações de parcerias e sobre a sua dinâmica de funcionamento, assim como os resultados, no processo de adopção e também na definição de um projecto de vida da criança e/ou jovem.

O período de realização destas entrevistas decorreu num prazo de 3 semanas, durante o mês de Fevereiro e Março de 2010. As entrevistas foram realizadas individualmente, a cada técnico, no lar onde exerce funções, tendo demorado em média cerca de 30 minutos.

Ao longo deste estudo, procuraremos analisar algumas conclusões sobre a metodologia de intervenção dos lares de infância e juventude e também, compreender o seu funcionamento e modelo de intervenção na definição dos projectos de vida das crianças e/ou jovens.

Encontraram-se outros pontos de análise procedente das entrevistas aos técnicos, nomeadamente, no que concerne ao processo de adopção em Portugal relativamente, ao seu funcionamento, a sua regulamentação e a sua aplicabilidade à realidade destes menores institucionalizados.

## **I Parte - Enquadramento Teórico Conceptual**

### **Capítulo 1 – A importância do Modelo de Parceria**

#### **1. O conceito de parceria**

Antes de se proceder à análise de parceria, importa salientar, que este modelo consiste num padrão de acção dinâmico, interventivo, cooperativo e local, constituído por entidades públicas e/ou privadas. As parcerias têm como objectivo, potenciar o desenvolvimento de respostas aos problemas sociais existentes. Esta metodologia possibilita um compromisso colectivo, incidindo sobre uma racionalização de intervenções, reduzindo custos e riscos, promovendo trocas de experiências, de conhecimento e de saberes (Instituto de Segurança Social, 2001).

Designadamente, as parcerias são medidas de intervenção colectiva, que desvalorizam o individualismo institucional e promovem uma cultura de cooperação entre as instituições (Carmo, 2006/2007).

Contudo, esta medida de intervenção, define-se, por uma negociação entre duas ou mais partes interessadas, utilizando as suas capacidades visam sempre um resultado ou uma resposta com interesses comuns (Carvalho, 2002).

A parceria não supre as necessidades das instituições e/ou entidades, mas converte-se numa forma de ampliação e expansão de um trabalho comum, num modo de sensibilizar, mobilizar e responsabilizar todos os sujeitos em acções que visam a ampliação da cidadania e a verificação dos problemas sociais (Valerelli, s/d).

Em suma, todas estas perspectivas descrevem o conceito de parceria, como uma forma de intervenção em grupo negociada entre as diferentes entidades e/ou instituições, ou seja, um trabalho em cooperação numa determinada área e/ou projecto, visando uma estratégia de intervenção partilhada em que todos participam numa resolução acertada para determinado problema.

Outras perspectivas referem, a existência de uma aliança estabelecida, entre o termo parceria e o conceito de parceria, pois a sua área de intervenção é comum (Carvalho, 2002). A noção de parceria é muitas vezes, associada à de parceria, mas existem algumas diferenças entre os conceitos. Em Portugal, os serviços públicos e os parceiros sociais convencionais têm origem no *parceria*, que consiste na capacidade de *obrigar* o poder burocrático a orientar uma direcção ou uma orientação para comunidade; enquanto que a *parceria* é vista como a capacidade de estimular a comunidade local a *olhar* para o parceria promovido pelo poder nacional ou supranacional reforçando a sua eficácia (Rodrigues e Stoer, 1998).

O parceria poderá significar uma concertação interinstitucional e um trabalho em rede de forma concertada e articulada, reconhecendo as complexidades e as co-responsabilidades das organizações públicas ou privadas. Este conceito poderá tomar diferentes sentidos e expectativas ao

nível dos serviços públicos, do poder local, dos parceiros sociais convencionais e do sector comunitário. Nos serviços públicos poderá verificar-se uma tendência para a utilização do termo *partenariado*, relacionando-o com o diferente grau de envolvimento que depende da intervenção de cada sector e do perfil dos seus agentes. Porventura, o poder local é constituído pela autoridade local, interligando-se com os interesses e necessidades locais (Rodrigues e Stoer, 1998).

O sector comunitário, onde estão incluídas as instituições prestadoras de serviços, as associações, as colectividades locais e as agências de desenvolvimento local, têm implicações sobre o *partenariado* local. Esta nova forma de intervenção, como defende Rodrigues e Stoer (1998), surge devido à “destradiconalização das sociedades” ou à “modernização reflexiva”, ou seja, o conceito de *partenariado* surge, na procura de novas formas de solidariedade, em resposta ao clima mundial de globalização, em que o *partenariado* é uma nova forma de solidariedade num contexto de acção-à-distância (Rodrigues e Stoer, 1998).

É possível concluir, que a parceria e o *partenariado* são conceitos que se encontram interligados, não podemos falar de parceria sem considerar o *partenariado*. Esta junção, promove um programa de acção multicultural que se foca uma determinada área, sendo a parceria um processo de desenvolvimento local integrando-se na participação local e na responsabilização das economias locais. Por feição, o *partenariado* tende a influenciar a política social ao nível governamental.

Deste modo, a parceria, poderá ser referida como uma estrutura organizacional e formal, numa concepção imposta por parte do governo central, em programas económicos e sociais patrocinados pela União Europeia. Enquanto, que o *partenariado* remete, para um trabalho em parceria, contribuindo para o desenvolvimento de um novo método de trabalho, fomentando o intercâmbio e alguma complementaridade, entre as instituições. Assim, a parceria tem por base uma estrutura orgânica e produz um efeito de homogeneização que questiona a noção de *partenariado*, enquanto mobilizador de interesses e compromissos de um conjunto de parceiros em torno de uma agenda comum (Rodrigues e Stoer, 1998).

O conceito de parceria deverá ser entendido como um processo contínuo e progressivo, que assume um modelo de transformação, cujo, o diálogo e a cooperação entre os diferentes parceiros permite, unir esforços numa intervenção conjunta, visando objectivos e fins comuns a todos os envolvidos na acção. A parceria, prevê acções, que respondam às diferentes problemáticas existentes, em que os parceiros envolvidos na acção conjunta considerem necessário intervir. Contudo é através desta metodologia participativa, que se criam estratégias comuns, para que seja possível identificar e resolver os diferentes problemas existentes na sociedade.



## 2. O modelo de intervenção de parceria

*“...acreditamos que o trabalho em parceria é inequivocamente, uma cultura a incentivar,”* (Carvalho, 2002)

A parceria surge, numa tentativa de resposta, a uma problemática multifacetada e da consequente necessidade de negociação entre partes interessadas, tendo por base a identificação e a resolução dos problemas das pessoas, intervindo ao nível da comunidade (Carvalho, 2002).

Os projectos estão baseados em objectivos comuns, onde todos os parceiros estão empenhados, sendo necessário uma mobilização e gestão adequada dos recursos, quer sejam técnicos, financeiros ou humanos. Esta metodologia, de trabalho, implica uma transformação de mentalidades e uma gestão de conflitos que pode gerar ou revelar uma repartição do poder. Também, poderá ter uma função pedagógica que pressupõe a partilha de decisões e a participação do grupo alvo (Carvalho, 2002).

Actualmente, todas as medidas, suscitam um trabalho em parceria, ou seja, uma intervenção partilhada entre as diferentes instituições e/ou entidades com o objectivo de intervir de forma exacta sobre o problema, a que se pretende intervir. Esta complementaridade é fundamental, para que se estabelecer um trabalho em rede, permitindo um conhecimento dos projectos e também, uma maior rentabilização dos recursos e cada vez mais, uma melhor organização nas políticas de desenvolvimento comunitário. Esta atitude inovadora de envolvimento por parte das instituições e/ou entidades contribui para uma dinâmica forte e uma articulação nas respostas sociais, na resolução dos problemas locais. A parceria possui características implicadas, no objecto de estudo, no desenvolvimento do investigador e na produção de um conhecimento a vários níveis. Consequentemente, o trabalho em parceria impulsiona e dinamiza, o conhecimento sobre a realidade, a inovação, a produção de mudanças sociais e a formação de competências dos intervenientes.

O trabalho em parceria, como foi referido anteriormente, implica, a elaboração e a execução de políticas eficazes, que exigem o envolvimento de vários agentes e o reforço de uma cooperação activa entre partes interessadas. Importa referir, a capacidade das entidades, em desenvolver parcerias multidisciplinares e políticas a diferentes níveis territoriais, reforçando o diálogo entre as entidades públicas e privadas e incluindo parceiros de diferentes níveis socioeconómicos e organizações não governamentais. Contudo para assegurar um diálogo eficaz, poderá ser necessário reforçar as estruturas e os sistemas (Comissão Europeia, a)

O estabelecimento de parcerias entre as diferentes instituições e/ou entidades públicas e/ou privadas, de intervenção local, constituem um papel essencial, quer na elaboração de estratégias, quer no desenvolvimento de metodologias, e consequentemente na criação de projectos que visam o bem-estar da sociedade portuguesa. As parcerias poderão ser consideradas como uma causa de sucesso dos projectos, criando hábitos de partilha e construção, de diagnósticos, de avaliações, de articulações e de acções. A constituição das redes sociais locais vai poder beneficiar dessas

experiências e aprofundá-las, incentivando o surgimento de redes de apoio integrado de âmbito local. Assim, poderá fomentar-se uma articulação entre as instituições e/ou entidades na detecção e na promoção dos encaminhamentos mais adequados às situações e aos problemas dos indivíduos, suscitando uma cobertura racional e equitativa de equipamentos sociais e serviços, potenciando o conhecimento sobre as realidades das concelhias. Esta metodologia de trabalho, fomenta mudanças e inovações ao nível das políticas de intervenção social local (Organização Internacional do Trabalho, 2003).

Este tipo de intervenção interinstitucional, poderá por vezes, suscitar dificuldades e resistências, nomeadamente, no que diz respeito, à adesão de organismos, por motivos que não visam o objectivo desta forma de trabalho, originando uma formalização excessivamente rígida (Organização Internacional do Trabalho, 2003).

Neste sentido há que considerar, a parceria como um processo complexo que exige rigor e empenho, na definição da medidas a aplicar, como por exemplo, quem são os protagonistas, quais as regras do projecto, qual o tempo de duração, nomeadamente, no que se refere ao começo e ao fim da medida, em que espaço se irá realizar, qual o objectivo que cada parceiro procura atingir e qual o seu contributo para o resultado final, (Carvalho, 2002).

A parceria implica uma transformação de mentalidades e uma gestão de conflitos, que podem gerar ou revelar uma repartição do poder. Também, poderá ter uma função pedagógica que pressupõe a partilha de decisões e a participação do grupo alvo (Carvalho, 2002). É importante, considerar que as instituições e/ou entidades, criam novas formas de parceria para dar resposta às diferentes situações, ou seja, é necessário que haja uma partilha de experiências, para que a amplitude da parceria seja cada vez mais um modo de intervenção e uma metodologia corrente entre as diferentes parceiros.

Segundo Fernanda Rodrigues e Stephen Stoer (1998), o termo parceria está interligado ao conceito de partenariado, consequentemente, a metodologia de intervenção parte do mesmo pressuposto (Rodrigues e Stoer, 1998).

O partenariado é um método de trabalho que se desenvolve em quatro níveis, o da comunicação entre as diferentes instâncias; o trabalho em equipa técnica; a criação de uma “interface de parceria” e uma acção mais interinstitucional e multidimensional.

Este nível de comunicação do partenariado desenvolve-se com a criação de canais de comunicação entre os parceiros, como uma forma de agilização em rede de contactos informais. Este é um processo de diálogo entre parceiros (Rodrigues e Stoer, 1998).

O trabalho em equipa é uma constituição multi-profissional, que permite uma abordagem multidimensional na análise de situações e na confrontação de problemas; ou seja, uma acção coordenada e convergente na implementação de estratégias de um projecto (Rodrigues e Stoer, 1998).

A função dos parceiros, consiste no desenvolvimento de uma cultura de parceria, nomeadamente na partilha de poder, na criação de um espírito de abertura e de um diálogo, tendo como base a respeitabilidade e a responsabilidade. Desta forma, o sistema de comunicação leva ao

surgimento de outras dimensões da intervenção social, proporcionando mais e melhor informação, desenvolvendo um sentido crítico nos parceiros, fomentando novas formas de decisão, em que os participantes revelam mais audácia, na confrontação de problemas, que desencadeiam, um desenvolvimento de novas noções e respostas aos problemas que surgem na sociedade (Rodrigues e Stoer, 1998). Deste modo, o partenariado poderá ser considerado como um método de trabalho, que promove a diminuição da actividade do Estado a favor dos sectores privados, fomentando um maior envolvimento das instituições e/ou entidades na resolução dos problemas. Encontrando parceiros que desenvolvam um trabalho de forma dinamizadora na busca de novas soluções locais e dinâmicas na resolução de problemas.

Esta metodologia de intervenção interinstitucional, poderá ser considerada, um desafio ético, exigindo aos protagonistas uma atitude de humildade e controlo do seu narcisismo pessoal e institucional em função do bem comum. Exige um estilo democrático de orientação; sustentado por regras que dêem coesão à rede e um sistema de poder capaz. (Carmo, 2006/2007).

Esta relação interinstitucional fomenta uma metodologia participativa entre as entidades e/ou instituições públicas e privadas. Por isso, a parceria, deve ser considerada, como, uma acção conjunta mobilizando objectivos comuns, partilhando recursos e articulando estratégias de intervenção em rede, conjugando esforços e criando medidas que promovam cada vez mais uma atitude participada entre as diferentes instituições, criando estruturas adequadas à realidade.

### **3. O trabalho em parceria na construção do projecto de vida da criança e/ou jovem**

*“A justiça de menores evolui (...) para um modelo participativo e democrático de todos os actores sociais e com especial atenção dada à promoção dos direitos das crianças e protecção das crianças em situação de perigo” (Santos, 2002: 243)*

O modelo de protecção das crianças e jovens em risco, apela à participação activa da comunidade, onde se desenvolve uma relação de parceria com o Estado, através das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens. Este modelo também evidencia a política de protecção do menor, nomeadamente, na promoção do regresso à sua família sempre que possível ou a constituição do vínculo da adopção (Santos, 2002).

É sinalizado o menor à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens ou ao Ministério Público, quando se verifique uma situação de perigo. Aplica-se uma medida de promoção e protecção à criança e/ou jovem que pode consistir em enviá-lo para um acolhimento institucional ou outras que passam pelo apoio à família.

Ao efectuar-se o acolhimento, a equipa técnica do Lar em parceria com a equipa de acompanhamento elaboram um diagnostico da situação da criança e/ou jovem que foi acolhido e da sua família natural com a finalidade de se definir um projecto de vida.

Os Serviços de Segurança Social ou a Santa Casa da Misericórdia no caso do concelho de Lisboa, acompanham sempre os processos dos menores acolhidos nas instituições. As instituições e/ou entidades que acolhem as crianças procuram ter as condições idênticas às de uma família, para que os menores se sintam “amparados” num ambiente familiar mais próximo possível do de uma família. Deste modo, é importante que estas instituições e/ou entidades que acolhem crianças e/ou jovens, promovam um relacionamento de abertura com a comunidade, proporcionando lazer, convívio e formação aos menores acolhidos.

Durante este processo realiza-se um trabalho em parceria entre os diferentes organismos públicos e privados, em que se cria uma metodologia participativa apelando a uma intervenção comum, ou seja, coopera-se para uma agilização do processo do menor visando o seu superior interesse. A multidisciplinaridade destas equipas possibilita um trabalho em parceria, na medida em que se analisam os diferentes casos e obtêm-se consensos distintos, potenciando uma maior eficácia das respostas sociais na criação do projecto de vida do menor.

A definição do projecto de vida da criança e/ou jovem consiste num estudo minucioso da vida do menor e da sua família, como já tinha sido referido anteriormente. Este projecto poderá considerar por diferentes medidas como, o regresso à sua família biológica, a entrega a um membro da família alargada, a entrega a uma família de acolhimento ou o apadrinhamento civil ou ainda a institucionalização e na inviabilidade destas, o encaminhamento para adopção.

De todos os projectos de vida que podem ser definidos, aquele que importa para deste estudo é o projecto de vida do menor institucionalizado com vista à adopção.

Na construção do projecto de vida para adopção, estabelece-se um acompanhamento assegurado pelas equipas multidisciplinares, ou seja, existe uma comunicação e discussão frequente no decorrer do processo, entre os lares de infância e juventude e as equipas da Segurança Social e/ou Santa Casa da Misericórdia, (concelho de Lisboa) que intervindo e desenvolvendo um estudo da situação psico-social e jurídica da criança e/ou jovem.

Esta é uma metodologia de intervenção em parceria, em que as equipas promovem redes de cooperação visando o superior interesse do menor.

O trabalho em parceria cria um modelo de intervenção planeado, integrado e sistemático, em que se potenciam os recursos existentes, para que se garanta uma maior eficácia das respostas sociais na criação do projecto de vida do menor.

No momento em que é decretada a medida de adopção o menor deixará de contactar com a família biológica e a esta é inibido o poder paternal (na sentença de tribunal). A equipa de Segurança Social ou Santa Casa da Misericórdia, recebe a referida sentença e contacta com a equipa técnica dos Lares de Crianças e Jovens a fim de conhecer o melhor possível a criança e jovens para poder seleccionar o casal que melhor se adequa aos interesses da criança.

Após um período de aproximação afectivo entre o casal e a criança de modo a estabelecer-se um vínculo afectivo a assegurar-se a confiança da criança na nova família, o menor deixa o Lar e passa para a nova família. A partir deste momento as equipas dos Lares deixam de intervir no processo e deixará de se verificar qualquer cooperação entre as entidades e/ou instituições e cessa o trabalho em parceria entre as equipas.

## **Capítulo 2. A Adopção**

*A adopção é uma realidade emocional e*  
*afectiva e amar descobre-se amado. (Sá, 2008: 112)*

### **1. A Adopção**

A adopção é uma fonte de relações familiares de afecto e pertença, titulada pelo direito, ou seja, uma forma de vinculação que gera continuidade e sustenta-se em laços efectivos e de pertença (Roçadas, 2005). Esta medida é um acto jurídico, é uma realidade afectiva humana e emocional que deve ser respeitada e reconhecida pelo direito, na medida, em que a lei da adopção equipara a família afectiva à família biológica, valorizando as crianças como pessoas (Sá, 2008).

Desta forma, a adopção visa a dar a uma criança a oportunidade de adquirir uma nova família, estabelecendo laços legais de filiação e a constituição ou reconstituição dos vínculos semelhantes aos da filiação biológica (Salvaterra, 2003).

A adopção poderá surgir como uma alternativa à família biológica de uma criança ou jovem institucionalizado, ou seja, proporciona-lhe uma nova oportunidade de uma outra família acolhe-la/o e oferecer-lhe carinho e afecto que são seus por direito.

#### **1.1. Os Tipos de Adopção.**

A lei da adopção pretende difundir uma cultura de responsabilização dos pais e de realização das necessidades afectivas dos filhos na sociedade e nos meios jurídicos (Sá, 2008). No artigo 1977º do Código Civil, encontramos definidos os dois tipos de adopção existentes em Portugal, a adopção plena e a adopção restrita.

### **1.1.1. A Adopção Plena**

A adopção plena consiste na integração do adoptado como filho do adoptando. Este integra-se na família de acolhimento e extingue as relações com a sua família de origem. A adopção plena fundamenta-se em determinados requisitos para o adoptado e para os adoptantes.

Poderão adoptar plenamente, duas pessoas casadas ou em união de facto há mais de quatro anos e não separadas judicialmente de pessoas e bens ou de facto. Ambas têm de ter mais de 25 anos (artigo 1979º do Código Civil). Também, poderá adoptar uma pessoa que tiver mais de 30 anos ou mais de 25 anos se o adoptado for filho do seu cônjuge. O limite de idade para o adoptante é de 60 anos, até data que lhe seja confiado o adoptado.

A diferença de idade entre adoptantes e adoptados não poderá ser superior a 50 anos, mas existe algumas situações especiais como as fratrias em que a diferença de idade poderia ser superior aos 50 anos.

Alusivo ao consentimento para adopção, o artigo 1981º do Código Civil refere, que são os pais do adoptado, quem têm o domínio para o fazer, mesmo que estes sejam menores. Quando estes não exercem o poder parental é um ascendente colateral até ao 3º grau ou tutor no caso de falecimento dos pais do adoptando.

Este artigo também decreta o consentimento de adopção no caso dos filhos do cônjuge, mas terá de haver o consentimento do adoptando quando este é maior de 12 anos. O cônjuge que se propõe a adoptar não pode estar separado judicialmente de pessoas e/ou bens.

Encontramos algumas situações em que o tribunal dispensa o consentimento para a adopção, designadamente, das pessoas referidas anteriormente quando estas não estão nas suas faculdades mentais ou estão inibidos do exercício do poder parental.

A forma e o tempo de consentimento, segundo o artigo 1982º do Código Civil são contemplados na adopção plena, concedidos perante o juiz que esclarece ao declarante o significado e os efeitos do acto. A mãe do adoptado só poderá dar o consentimento após decorridas as seis semanas após o parto.

Relativamente, ao segredo da identidade segundo o artigo 1985º do Código Civil, prevê-se a possibilidade de não se revelar a identidade dos pais biológicos e pais adoptantes.

Na adopção plena, o adoptado adquire a situação de filho do adoptante, integra-se com os seus descendentes e as relações com a sua família biológica extinguem-se por completo, ou seja, após ser decretada a adopção plena não é possível estabelecer a filiação natural, conforme o previsto no artigo 1987º do Código Civil.

Relativo, ao nome próprio e apelido do adoptado este perde os seus apelidos de origem, sendo o seu novo nome constituído nos termos do artigo 1875º do Código Civil. O adoptante poderá solicitar ao tribunal que se possa modificar o nome próprio do adoptado, mas os interesses do menor serão sempre salvaguardados, conforme o previsto no artigo 1988 do Código Civil.

A adopção plena segundo o disposto no artigo 1989º do Código Civil, poderá ser revogável em determinados casos. Quando se verifica a falta do consentimento do adoptante ou dos pais do adoptado, se o consentimento for viciado, ou se o consentimento do adoptante ou dos pais do adoptado for determinado por coacção moral ou falta de consentimento.

### **1.1.2. A Adopção Restrita**

A adopção restrita permite que o adoptado mantenha a relação com a sua família de origem (Sá, 2008).

No decorrer desta medida, encontram-se diferentes parâmetros que terão de ser cumpridos para que se realize a adopção restrita. Só poderão adoptar restritamente pessoas com idades entre os 25 anos e os 60 anos completos até à data em que o menor lhes tenha sido confiado, excepto se este for filho do cônjuge do adoptante como está referido no artigo 1992º do Código Civil.

Na adopção restrita o adoptado conserva todos os seus direitos e deveres em relação à sua família natural. Apesar do adoptado manter o relacionamento com os seus pais biológicos, o adoptante irá exercer o poder parental com todos os direitos e obrigações sobre o menor, conforme o previsto no artigo 1997º do Código Civil.

No que concerne, aos direitos sucessórios, o adoptado não é herdeiro do adoptante, excepto quando não existe cônjuge, ascendentes e descendentes, conforme o disposto no artigo 1999º do Código Civil.

A adopção restrita poderá ser revogada a requerimento do adoptante ou adoptado segundo o disposto no artigo 2002º do Código Civil. Este artigo também prevê que a revogação possa ser decretada a pedido dos pais naturais, do Ministério Público ou da pessoa que cuida do adoptado antes da adopção ter sido decretada.

O artigo 1995º do Código Civil refere-nos que os apelidos do adoptado poderão ser alterados. O adoptante, poderá solicitar ao juiz a alteração dos apelidos do adoptado, compondo-se um novo nome, mas terá de conter apelidos da sua família biológica.

Segundo o disposto no artigo 1977º do Código Civil, a adopção restrita poderá ser convertida numa adopção plena.

## **2. O Processo de Adopção**

O procedimento inerente ao processo de adopção permite uma melhor adequação na escolha dos candidatos a adoptantes e das crianças que lhe sejam confiadas para a adopção, estabelecendo regras de procedimentos e boas práticas para se aplicar uniformemente a todos os organismos de segurança social e consequentemente, definir projectos de vida das crianças e jovens para adopção e a selecção de candidatos a adoptantes (Sá, 2008)

Existem alguns factores situacionais que poderão despoletar processos de adopção, nomeadamente, a detecção de um menor que esteja em situação de perigo ou abandonado, uma criança ou jovem que esteja entregue a si próprio, que sofra maus-tratos físicos ou psíquicos, que seja vítima de abusos sexuais e não receba cuidados ou afeição adequados à sua idade e situação pessoal (Simões, 2001).

Ao verificarem-se algumas destas situações, a família é sinalizada e acompanhada, pois privilegia-se, primeiramente a reintegração da criança ou jovem no seu ambiente familiar.

Ao verificar-se algumas das situações referidas anteriormente, a família é sinalizada e acompanhada, pois privilegia-se, primeiramente a reintegração da criança ou jovem no seu ambiente familiar.

A reintegração na família está dependente da reorganização da mesma e resolução dos problemas, o que implica tempo na vida daquela criança ou jovem que se encontra institucionalizado. Segundo Sá (2008) a recuperação da família natural implica um limite de tempo, o que se irá reflectir-se no projecto de vida daquele menor. Poderá considera-se cruel deixar uma criança num limbo à espera que os seus pais se reorganizem e possam cuidar dela ou estabeleçam uma vinculação afectiva que pode nunca chegar a existir (Sá, 2008).

Após todas as tentativas para a família se reorganizar, a adopção é passa a ser a possibilidade da criança ou jovem se inserir novamente em meio familiar. Segundo Roçadas (2005) A adopção poderá ser vista como uma possibilidade, para uma nova filiação (Roçadas, 2005).

## **2.1. Equipa técnica no Processo de Adopção**

A composição das equipas técnicas que participam no processo de adopção está regulamentada a partir do artigo nº 11 do Decreto-Lei n.º 185/93, de 22 de Maio. Considera-se que as equipas devem ser autónomas, distintas e pluridisciplinares integrando diferentes valências como psicologia, serviço social, direito e educação. Esta multidisciplinaridade serve para que a decisão do projecto de vida do menor, incida sobre diferentes pontos como uma intervenção social e jurídica dinâmica.

Estes serviços multidisciplinares procedem ao estudo dos candidatos a adoptantes integrando uma avaliação social e psicológica, mas têm de incidir sobre determinados parâmetros, tais como: um ambiente acolhedor e de privacidade e também, facilitador de diálogo. A avaliação social deverá ser realizada por um técnico com formação em serviço social e dividir-se-á numa entrevista social e domiciliária, sendo que a primeira é realizada num prazo máximo de 15 dias após a entrega da candidatura do adoptante. Estas entrevistas permitem abordar e aprofundar diferentes aspectos gerais, jurídicos e também, questões de interesse relacionadas com a motivação. Posteriormente, irá efectuar-se uma avaliação psicológica que será realizada por um psicólogo aos candidatos a adoptantes. Através destas avaliações, o processo será analisado com o coordenador de serviço, onde se elabora um parecer devidamente fundamentado que conclua pela aceitação ou rejeição da



candidatura. Se os serviços de adopção aceitarem a sua candidatura procede-se a um registo numa base de dados (Morgado, 2004).

A definição do projecto de vida do menor é um objectivo comum de trabalho na equipa pluridisciplinar. Este é um trabalho que se faz em articulação com os diferentes serviços, através do acolhimento da criança e/ou jovem e através do estudo e acompanhamento da família natural (Salvaterra, 2003).

Estas equipas são responsáveis por desenvolver um projecto de adopção e realizam esforços na recolha de informações sobre saúde, situação sócio – familiar dos familiares do menor, efectuem uma avaliação psicológica e pedagógica ao menor e trabalham outros dados que sejam relevantes ao processo de adopção. Consequentemente, entregam o resultado do seu trabalho ao magistrado do Ministério Público no prazo de 15 dias. No decorrer deste processo, analisam-se e complementam-se e/ou actualiza-se os elementos constantes do processo, visando sempre o superior interesse da criança (Morgado, 2004).

## **2.2. Selecção dos candidatos para a adopção**

É preciso considerar o processo de adopção, como um processo de enamoramento entre pais e filhos, em que se conhece, comunica e cuida e se estabelece uma vinculação afectiva (Sá, 2008).

A selecção dos candidatos a adoptantes é um aspecto complexo no trabalho do técnico, o que poderá suscitar, diferentes problemas éticos e técnicos na forma de acolher os pedidos dos candidatos. Mas, o técnico tem o dever de clarificar a sua atitude, referir os critérios objectivamente e claramente formulados no processo de candidatura (Dinis, 1997).

O sistema de selecção dos candidatos a adoptantes pode ser discutível, pois baseia-se no estado civil, na idade dos adoptantes ou nos bens materiais, sendo muitas vezes caracterizado, como um processo burocrático e desumanizado. Estas situações podem suscitar prejuízos para os candidatos a adoptantes e para os adoptados que são envolvidos num processo moroso até à respectiva decisão da entrega do menor que permanece institucionalizado desprovido de uma família (Sá, 2008).

A lei refere-se ao estudo da pretensão dos candidatos a adoptantes, mencionando a personalidade, a saúde, a idoneidade para criar e educar o menor, a situação familiar económica do candidato e as razões do pedido de adopção (Sá, 2008).

Os pais adoptivos deparam-se com algumas dificuldades no decorrer do processo da selecção para adopção, pois toda a sua vida é investigada e analisada e a sua personalidade é posta à prova. Estas situações poderão suscitar discriminação e privilegiar um panorama familiar que não se enquadra com a realidade, embora, sejam situações fundamentais no processo de adopção.

### **Capítulo 3 – Realidade Portuguesa sobre os Lares de infância e Juventude**

#### **1. O Acolhimento Institucional de Crianças e Jovens**

As instituições de acolhimento de crianças e jovens funcionam como uma medida de protecção e salvaguarda dos seus direitos fundamentais, pois muitos destes estão expostos e/ou têm um percurso de vida marcado por situações de sofrimento (Moniz, 2008).

A função destas instituições consiste em assegurar à maioria das crianças e jovens, um crescimento físico e psicológico saudável, uma promoção emocional e um desenvolvimento cognitivo e afectivo. Tudo isto implica um reforço das competências dos interventores num sistema de protecção das crianças e jovens em perigo, ou seja, é necessário um forte investimento na qualificação das respostas sociais introduzindo as práticas e os modelos de organização e gestão organizacional (Moniz, 2008).

Contudo, a medida de institucionalização deve constituir-se como a última opção de intervenção social e judicial, evitando-se a separação e promovendo a família no processo de acolhimento. O que implica que as instituições tenham responsabilidades a diferentes níveis como: educacional, jurídico, moral, social e escolar, níveis estes, que estão atribuídos aos progenitores biológicos. Por fim estas instituições devem assumir o significado de família e substituir temporariamente a família de origem e oferecer um suporte para estas crianças e jovens (Alves, 2007).

O acolhimento institucional é referente:

- Ao centro de acolhimento temporário que é uma resposta destinada a acolher urgentemente e temporariamente uma criança ou jovem;
- O lar de infância e juventude é uma resposta destinada a acolher por um período superior a seis meses uma criança ou jovem.

Estas instituições de acolhimento deverão ser de pequena dimensão e com um número reduzido de crianças e jovens, onde se promova um ambiente, o mais familiar possível. Também, deverão apoiar-se em recursos na comunidade, promovendo uma educação integral de desenvolvimento bio-psicosocial, promovendo um modelo de intervenção terapêutico e profissional (Moniz, 2008).

As instituições de acolhimento deverão estar permanentemente abertas à família natural e estimular a sua participação na dinamização sistemática dos projectos de vida da criança e jovens que passará por uma medida de adopção, reunificação familiar, promoção da autonomia ou outra qualquer medida (Moniz, 2008).

Durante este acolhimento institucional, deverão utilizar-se metodologias de intervenção com as crianças e jovens focando em diferentes áreas como a saúde, a justiça, o emprego, a formação, a educação, a cultura, o lazer, entre outros. Estes locais de acolhimento devem estar adaptados em

termos de infra-estruturas e equipamentos de forma a responder as exigências destes menores (Moniz, 2008).

As crianças e jovens abrangidas por esta medida de acolhimento institucional estão desprovidas do seu meio familiar e as instituições irão funcionar como a sua família, assumindo a responsabilidade no acolhimento e adoptando uma ambiente que seja o mais familiar possível

Segundo, a perspectiva de Alves (2007), as instituições que acolhem crianças e jovens, estão contextualizadas num sistema nacional de acolhimento e acompanhamento infantil e juvenil, que se divide em três níveis distintos o acolhimento de emergência, o acolhimento temporário e o acolhimento de longa duração (Alves, 2007):

- O acolhimento de emergência é o acolhimento de crianças e jovens em situações de perigo iminente por um período de tempo que não ultrapasse as 48 horas. É feito por unidades de emergência;
- O acolhimento temporário diz respeito ao acolhimento de acolhe crianças e jovens por um tempo limite de 6 meses, isto, quando se verificam necessidades de afastamento temporário das famílias de origem. Este tempo de acolhimento poderá ser cumprido numa família de acolhimento;
- O acolhimento de longa duração assume um carácter definitivo. Nestas situações as crianças e jovens estão despromovidos do seu meio familiar e as suas problemáticas justificam este tipo de medida, desde que estejam esgotadas todas as possibilidades de trabalho social com a família de origem e também, a própria criança ou jovem.

Em Portugal, o acolhimento institucional ainda é bastante significativo, as instituições têm responsabilidades acrescidas na vida destas crianças e jovens, substituindo muitas vezes o ambiente familiar destas até a idade adulta (Alves, 2007). Estas instituições da sociedade civil, os lares e os centros de acolhimento temporário junto das crianças e jovens em perigo complementam a acção directa do Estado e assumem importantes responsabilidades no acolhimento de curta e longa duração (Moniz, 2008)

Estas medidas de acolhimento de emergência e temporário, os lares de infância e juventude e os centro de acolhimento temporário deverão ter um carácter transitório, para que a criança ou jovem cresça numa família e consequentemente, tenha acesso às mesmas oportunidades e a um desenvolvimento saudável.

Deste modo, as instituições de acolhimento deverão funcionar como uma alternativa possível à família, o que as torna fundamentais na vida daquela criança ou jovem, sendo necessário, um modelo de acolhimento institucional individualizado, permitindo uma intervenção adequada às necessidades dos menores acolhidos e visando o superior interesse do menor.

## **2. Os Lares de Infância e Juventude**

Os lares de infância e juventude são uma resposta de acolhimento prolongado para as crianças e jovens, quando a sua estrutura familiar não oferece condições imediatas para o seu acolhimento e educação. O seu ambiente terá de ser tão próximo quanto possível do ambiente familiar, para satisfazer as necessidades básicas da criança e jovem, promovendo a reintegração na família e na comunidade contribuindo para a sua valorização pessoal, social e profissional. Esta medida é inevitável, quando a família não consegue organizar-se, o acolhimento institucional assume uma nova postura. A institucionalização deverá ser entendida como uma resposta transitória adequada à situação daquele momento, cujo, o objectivo consiste numa rápida reintegração familiar (Alves, 2007).

Os lares de infância e juventude poderão ser especializados ou ter valências especializadas, mas têm de dispor de instalações e equipamentos, permitindo que uma equipa técnica garanta os cuidados adequados às necessidades e proporcione condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral. Devem proporcionar estruturas de vida tão aproximadas quanto possível às da família, tendo em vista o seu desenvolvimento físico, intelectual e moral e a sua inserção na sociedade (Fernandes e Silva, 1996)

Para além disso, os Lares classificam-se, segundo indicadores de funcionamento como a Incorporação, a Institucionalização, o Acolhimento e o Acompanhamento dos Lares de Infância e Juventude (Fangueiro, 2007):

- Os Lares de Incorporação estão abertos à comunidade envolvente, permitindo a participação das crianças e jovens acolhidos nos eventos da comunidade, ou seja, originando a sua participação e o afastamento das suas famílias de origem. Esta é uma situação de Incorporação, em que o jovem faz tábua rasa das suas origens familiares e reconhece a importância dos contactos estreitos com a comunidade envolvente;
- Os Lares de Institucionalização não promovem a proximidade de relações entre a criança e o jovem acolhido com a sua família natural e nem com a comunidade envolvente. Estes fomentam relações afectivas de relacionamento fechadas com o exterior;
- Nos Lares e Acolhimento privilegia-se a proximidade da criança e/ou jovem à sua família natural em detrimento da abertura à comunidade.
- Os Lares de Acompanhamento desenvolvem uma relação de acompanhamento das crianças e jovens que lá vivem, proporcionando e estimulando a proximidade com a família de natural e mantêm-se abertos a à comunidade envolvente quer na participação de actividades e também, na participação comunitária destes eventos realizados.

A política de funcionamento destes lares deverá consistir num regime aberto e organizado segundo uma estrutura familiar, ou seja, favorecendo uma relação afectiva do tipo familiar e uma vida diária personalizada e individualizada (Fangueiro, 2007). Estas Instituições devem proporcionar um

ambiente familiar que favoreça um quotidiano o mais semelhante possível com o de uma família para a criança ou jovem da sua idade, pois são uma estrutura de (re)aprendizagem das normas sociais vigentes e a preparação de um caminho para a futura reintegração na sociedade (Alves, 2007).

A admissão do jovem e/ou criança num lar, constitui-se como uma intervenção para a promoção dos direitos e protecção destes que se encontram em perigo. Esta admissão ao lar incide sobre determinados pontos como a residência, ou seja, a crianças e/ou jovem ficará a residir no mesmo distrito para se facilitar os contactos com os seus familiares; apenas será aconselhado o seu afastamento em situações de perigo (Fangueiro, 2007).

A decisão sobre a admissão da criança ou do jovem é da competência da direcção do lar, em articulação com a equipa técnica e com Centro Distrital, podendo este procedimento ser alterado com vista a uma melhor eficácia na gestão de vagas em cada distrito. Na opinião de Fangueiro (2007), deverá ter em atenção as fratrias, para que não haja uma separação dos irmãos e que sejam reforçados os laços entre eles (Fangueiro, 2007).

Os relatórios, os documentos pessoais e as informações obtidas por outros parceiros sociais são posteriormente entregues aos responsáveis da criança ou jovem. Estes dados deverão ser analisados pela equipa técnica e também, as informações que se tem sobre a família da criança e/ou jovem. (Fangueiro, 2007).

Todas estas informações são partes determinantes do seu processo individual e para além disso, os seus dados pessoais da criança ou jovem, o documento sinalizador do pedido de admissão ao lar, a lista de contactos da criança e/ou jovem, a avaliação diagnóstica, a natureza e o registo das diligências, a correspondência oficial, o plano sócio-educativo individual e o plano cooperado de intervenção. A criança ou jovem também, terá de ser acompanhado por um Gestor de Caso, sendo um elemento da equipa técnica da Instituição, que fica encarregue de acompanhar e actualizar o processo individual e potencializar o trabalho cooperativo, proporcionando a criação de laços afectivos entre a criança e/ou jovem e a Instituição (Fangueiro, 2007). Todos estes registos são importantes para o delineamento do projecto de vida da criança ou jovem, visando sempre o seu superior interesse na medida, em que a institucionalização deverá ser o mais breve possível para que esta possa crescer numa família.

A criança e/ou jovem estabelece com o lar uma relação de acolhimento único e individualizado. Nesta relação é importante que o menor se sinta esperado e se sinta integrado num grupo que constitua a sua futura família.

É fundamental que a criança e/ou jovem se sinta acolhido e consiga integrar-se, pois, o lar constituirá a sua família temporária ou futura. Esta medida têm como objectivo, proporcionar condições de vida tão próximas quanto possível às famílias, através de determinados objectivos como a satisfação das necessidades básicas da criança e jovem, promovendo a reintegração em meio familiar.

O funcionamento dos lares visa assegurar os meios necessários ao desenvolvimento físico, psicológico e social, escolar e arte profissional de cada criança e jovem, tendo de respeitar a individualidade e a privacidade de cada um estimulando também, a aquisição de normas e valores, a garantia de condições de saúde e garantia de uma alimentação saudável.

## **II Parte – A realidade explorada nos lares de infância e juventude**

### **Capítulo 4. A realidade dos lares de infância e juventude inquiridos**

No presente estudo, pretende-se analisar a realidade dos lares de infância e juventude e compreender de que forma os técnicos planeiam e definem os projectos de vida dos menores institucionalizados, proporcionando alternativas em meio de vida natural, como, a adopção.

Considerou-se que as relações de parceria que os lares de infância e juventude estabelecem com as diferentes entidade e/ou instituições, poderão ser consideradas como, um modelo de intervenção que poderá cooperar na agilização da definição dos projectos de vida dos menores

Deste modo, para se analisarem estas relações de parceria realizaram-se entrevistas aos técnicos pertencentes às equipas dos lares de infância e juventude que acederam a participar neste estudo

Neste capítulo, iremos apresentar uma caracterização, procedente da análise das entrevistas realizadas aos técnicos, sobre a institucionalização em lares de infância e juventude, o processo de adopção, a lei de adopção e a sua implicação para adoptantes e adoptados e também, sobre a importância das relações de parceria na definição do projecto de vida para a adopção.

## **1. Caracterização dos Lares de Infância e Juventude inquiridos**

Os lares de infância e juventude foram criados como uma medida de promoção e protecção da criança e/ou jovem, ou seja, uma resposta de acolhimento prolongado para os menores, quando a sua estrutura familiar não oferece condições imediatas para o seu acolhimento e educação.

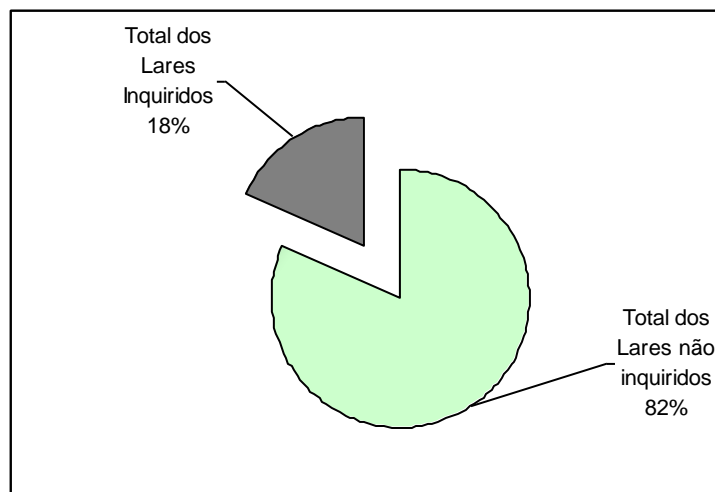
A institucionalização em lar deverá ser entendida como uma resposta transitória adequada à situação de cada menor, esta medida visa um acolhimento por um período superior a 6 meses.

O objectivo dos lares consiste em assegurar o alojamento aos menores, garantir a satisfação das necessidades básicas das crianças e jovens e promover o seu desenvolvimento global, em condições próximas ao de uma estrutura familiar. Para além disso, deverá proporcionar os meios necessários para o seu desenvolvimento pessoal e para a sua formação escolar e/ou profissional e sempre que possível, promover a sua integração na família e na comunidade de origem ou outra medida em meio natural de vida.

Em Lisboa existem 40 lares de infância e juventude, distribuídos pelas diferentes freguesias pertencentes ao concelho.

Nesse universo foi-nos permitido realizar entrevistas em 9 lares de infância e juventude, o que equivale a um total de 18% dos lares do concelho de Lisboa, como poderemos observar no gráfico 1.

**Gráfico 1 – Lares de Infância e Juventude existentes no Concelho de Lisboa**



Os lares de infância e juventude são uma resposta social dirigida, na maioria das vezes, por uma associação e/ou fundação de Solidariedade Social.

As associações são constituídas por escritura pública e gozam de personalidade jurídica, segundo o Decreto-Lei nº 119/83 de 25 de Fevereiro. Estas têm uma finalidade não lucrativa, que deriva da iniciativa de particulares. Têm como objectivo a prestação de bens e serviços para famílias,



crianças, jovens e idosos e também, a diferentes níveis como: a integração social e comunitária, a promoção e/ou protecção da saúde, a educação e formação profissional e problemas habitacionais.

Relativamente, às fundações, estas adquirem personalidade jurídica pelo reconhecimento, que poderá ser individual ou de competência administrativa, de acordo com o Decreto-Lei nº 119/83 de 25 de Fevereiro. As fundações são uma iniciativa entre particulares que visam a prestação de bens e serviços em diferentes áreas como: infância, juventude, família e terceira idade e ao nível da integração social e comunitária, promoção e/ou protecção da saúde, educação e formação profissional e problemas habitacionais.

Este estudo realizou-se em 9 lares de infância e juventude dirigidos por 6 associações e/ou fundações. Destacam-se duas associações e/ou fundações que dirigem mais do que um lar. Uma associação e/ou fundação dirige 2 lares e outra dirige 3 lares.

Os restantes lares de infância e juventude são dirigidos por apenas uma associação e/ou fundação.

**Quadro 1 – Os lares de infância e juventude inquiridos e dirigidos por Associações e/ou Fundações**

	Nº de Associação e/ou Fundação	Nº de Lares por Associação e/ou Fundação
	1	1
	1	3
	1	1
	1	2
	1	1
	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>6</b>	<b>9</b>

O acolhimento em lar de infância e juventude deriva da necessidade de acolher crianças e/ou jovens, que careçam de apoio ao nível de uma estrutura residencial e de necessidades de socialização e acção educativa, inerentes à sua fase de desenvolvimento.

Estas estruturas devem estar abertas à comunidade, dispondo de recursos ao nível da saúde, do ensino, da formação profissional e de actividades sócio-culturais, recreativas e desportivas ao nível local (Fernandes e Silva, 1996).

Os lares de infância e juventude devem estar localizados em zonas urbanas ou periféricas de fácil acesso (Fernandes e Silva, 1996).

Em relação, ao número de crianças e jovens acolhidas e as medidas de funcionamento, segundo as normas da Segurança Social, deverão estar previstas num regulamento interno onde constem estes e outros elementos, como: regras de funcionamento, os direitos e deveres do menor, da família e dos trabalhadores do lar e o horário de funcionamento (Fernandes e Silva, 1996).

Os lares de infância e juventude apresentam estruturas organizacionais diferentes, porque como foi referido anteriormente, as medidas de funcionamento são estipuladas a partir do regulamento interno. Deste modo, encontram-se 6 lares, no universo deste estudo, que acolhem crianças e jovens do sexo feminino e masculino, em que apenas, 3 destes lares acolhem menores do sexo feminino.

Relativamente, ao número de menores acolhidos por lar, encontramos 3 lares que acolhem 8 menores, porque segundo o entrevistado 1 “(...) *este é o nosso modelo de acolhimento, cada casa acolhe entre 8 a 12 crianças*”. Este modelo de acolhimento está previsto nas normas internas da associação e/ou fundação que dirige estes três lares de infância e juventude.

Posteriormente, irá verificar-se, que 6 lares inquiridos que acolhem entre 5, 12 e 30 menores. Havendo 2 lares que acolhem apenas crianças ou jovens do sexo feminino, em que um acolhe 40 e outro 45 menores

**Quadro 2 – Sexo e número dos menores acolhidos por lar de infância e juventude inquirido**

Nº Lares	Sexo dos menores acolhidos por lar inquirido	Nº de menores acolhidos por lar inquirido
1	Feminino	40
1	Feminino e Masculino	8
1	Feminino e Masculino	8
1	Feminino e Masculino	8
1	Feminino e Masculino	12
1	Feminino e Masculino	30
1	Feminino e Masculino	5
1	Feminino	40
1	Feminino	45
	Total	196

Os lares são uma resposta social que visam acolher e proteger a criança ou o jovem dos 0 aos 18 anos. Mas, de acordo, com o disposto na lei 147/99 de 1 de Setembro que regula a protecção de menores em perigo, uma criança ou jovem é a pessoa com menos de 18 anos e também, a pessoa com menos de 21 anos que solicite a continuação da intervenção em acolhimento institucional iniciada antes de esta atingir os 18 anos.

Como poderemos constatar a partir desta definição em alguns casos, é permitido o acolhimento de jovens até aos 21 anos nos lares de infância e juventude.

Apesar da lei indicar o acolhimento de crianças e jovens até aos 21 anos foi protocolado com a Segurança Social e o Lar o acolhimento de um jovem com mais de 21 anos, por estar a frequentar o ensino superior.

**Quadro 3 – Idade dos menores acolhidos por lar de infância e juventude inquirido**

Idade dos menores acolhidos	Nº de lares inquiridos	% dos lares inquiridos
Dos 6 aos 18 anos	3	33
Dos 6 anos aos 21 anos	5	56
Dos 6 anos aos mais de 21 anos	1	11
Total	9	100

## **2. As equipas técnicas dos lares de infância e juventude inquiridos: Breve nota**

Os lares de infância e juventude, necessitam de estar providos de uma equipa técnica, responsável pela elaboração do diagnóstico da situação da criança ou do jovem acolhido e pela execução do seu projecto de promoção e protecção.

A equipa técnica, segundo o artigo 54 da Lei 147/99 de 1 de Setembro têm a competência de diagnosticar a situação da criança e/ou jovem e de definir o seu projecto de vida. Deste modo, a equipa deverá ter uma constituição pluridisciplinar integrando diferentes valências, para que haja uma dinâmica nas intervenções.

Analisando, os lares inquiridos, encontram-se técnicos com formação diversificada e que se estende entre o serviço social/política social, a psicologia, a educação social, o direito, a sociologia e

a animação sociocultural. Acreditamos que este facto, proporcione um trabalho pluridisciplinar que visa garantir condições ao nível educacional, social e psíquico das crianças e jovens, condições importantes na construção do projecto de vida.

**Quadro 4- Área de formação dos técnicos entrevistados**

Área de Formação	Nº	%
Psicologia	6	29%
Serviço Social/Política Social	7	32%
Educação Social	5	24%
Sociologia	1	5%
Direito	1	5%
Animação Sociocultural	1	5%
Total	21	100%

A criação do Plano DOM — Desafios, Oportunidades e Mudanças teve como principal objectivo implementar medidas de qualificação na rede dos lares de infância e juventude, incentivando uma melhoria contínua na promoção de direitos e protecção das crianças e jovens acolhidas, no sentido da sua educação para a cidadania e desinstitucionalização, em tempo útil. Este programa foi estipulado a partir do Despacho nº 8393/2007.

O Estado reconheceu o papel que as diferentes associações e/ou fundações têm desenvolvido junto das crianças e jovens em perigo, ou seja, complementando a sua acção directa e vêm assumindo importantes responsabilidades ao nível do acolhimento. Através do Plano DOM pretende-se assegurar o fortalecimento técnico, organizativo e funcional dos lares de infância e juventude, numa aposta clara nas competências técnicas nos recursos humanos destas instituições.

A partir deste programa estabelece-se um protocolo entre a instituição que dirige o lar de infância e juventude e a Segurança Social.

As equipas técnicas dos lares de infância e juventude devem atender a uma estrutura física e orgânica do seu lar, ou seja, o número de pessoal, a respectiva formação devem ser adequadas ao número de crianças e/ou jovens existentes no lar (Fernandes e Silva, 1996)

“(…) Nós aderimos ao Plano DOM o que nos possibilitou contratarmos mais técnicos.” (entrevistado 16) ou “(…) O Plano Dom veio trazer mais recursos humanos às instituições.” (entrevistado 17).

A estrutura organizacional dos lares inquiridos é bastante diferente. Encontramos lares de infância e juventude que acolhem um elevado número de menores, o que poderá não proporcionar um ambiente familiar. Como Alves (2007) refere os lares deverão funcionar como uma estrutura

familiar, ou seja, proporcionar um ambiente familiar que favoreça um quotidiano o mais semelhante possível com o de uma família para uma criança ou jovem da sua idade (Alves, 2007).

Os lares de infância e juventude inquiridos têm uma estrutura organizacional distinta.

Em 3 dos lares estudados, verificou-se a existência de uma equipa técnica comum, constituída por 2 técnicos, que no total, acompanham 24 menores. Noutro lar verificou-se a existência de uma equipa com 7 técnicos, onde vivem 45 menores. Também se encontrou, uma equipa constituída por 5 técnicos num lar onde coabitam 40 menores. Num dos lares encontra-se um técnico para 40 crianças e jovens. Uma outra equipa é constituída por 4 técnicos que acompanham 35 menores e por último, encontramos uma equipa constituída por 2 técnicos num total de 12 menores.

**Quadro 5 - Número de técnicos por equipa nos lares de infância e juventude inquiridos**

	Nº de lares inquiridos	Nº total de menores acolhidos em lar	Nº de técnicos na Equipa Técnica
	1	40	1
	3	24	2
	1	12	2
	2	35	4
	1	40	5
	1	45	7
<b>TOTAL</b>	<b>9</b>	<b>196</b>	<b>21</b>

### **3. A medida de institucionalização de crianças e jovens em lar de infância e juventude na perspectiva dos técnicos entrevistados**

O artigo 49.º da Lei 147 /99 de 1 de Setembro refere que o acolhimento institucional consiste na medida de colocar uma criança ou jovem aos cuidados de um entidade que disponha instalações e equipamentos de acolhimento permanente e uma equipa técnica que lhe garanta os cuidados adequados as suas necessidades. Devem também, ser proporcionadas condições ao menor que permitam a sua educação, o seu bem-estar e o seu desenvolvimento integral.

Os lares de infância e juventude são estruturas que derivam destas medidas de acolhimento institucional e onde a criança ou o jovem irá permanecer por um período superior a 6 meses. Estes deverão criar estruturas semelhantes aos de uma família para que se possibilite uma intervenção

personalizada para que se satisfaça as necessidades básicas do menor e para que se promova a sua reintegração em meio familiar.

Na perspectiva de Alves (2007) os lares de infância e juventude são uma resposta de acolhimento prolongado para as crianças e jovens, quando a sua estrutura familiar não oferece condições imediatas para o seu acolhimento e educação. Esta medida é inevitável, perante uma família que não consegue organizar-se, o acolhimento institucional assume uma nova postura (Alves, 2007).

No total de 21 técnicos entrevistados, 19, referem que os lares de infância e juventude são uma medida de promoção e protecção dos direitos dos menores e uma alternativa a sua situação daquela criança e/ou jovem.

Pela análise dos resultados a maioria dos entrevistados (90%) considerou os lares como uma medida positiva, mas sempre como uma resposta a situação de perigo daquela criança ou jovem. Como o entrevistado 18 referiu:

*“ (...) Os lares são uma alternativa ao abandono que estas crianças têm e sentem por parte dos pais.”*

Dos 19 técnicos entrevistados consideraram que os lares de infância e juventude são uma medida alternativa à família natural por um curto ou médio prazo visando a protecção à criança ou jovem. A institucionalização segundo os mesmos, terá de proporcionar um ambiente familiar para a criança e/ou jovens e também, oportunidades e dotação de competências aos menores que não encontram na sua família natural.

Contraponto estas perspectivas, alguns entrevistados (10%) consideraram o lar de infância e juventude como uma medida negativa, indicam que não possibilita qualquer resposta às necessidades da criança ou jovem acolhido e que não existe um ambiente familiar. Como o entrevistado 4 afirmou:

*“(…) Viver ou crescer numa instituição é crescer no vazio, por mais que se queira dar a estas crianças, faltam sempre os afectos, uma família só sua.”*

Alves (2007) também corrobora com esta ideia, sublinhando que a vida em instituição nunca poderá ser uma opção de vida para a criança ou jovem, sendo por vezes necessária como uma medida de promoção e protecção. Deverá proporcionar-se uma vivência em família para a criança ou jovem.

Segundo o mesmo autor, a institucionalização é uma resposta que deve ser transitória e adequada à situação, em determinado momento, visando uma rápida reintegração familiar. Os lares de infância e juventude são sempre analisados como uma medida positiva mas de carácter provisório, porque se insiste sempre, que as crianças ou jovens devem estar inseridos em seio familiar.

#### **4. Medidas alternativas ao processo de adopção, segundo os técnicos entrevistados**

A promoção de uma política activa de desinstitucionalização e recuperação dos laços familiares, poderá ser possível através do desenvolvimento de medidas de intervenção alternativas que privilegiem o regresso da criança ou jovem à família (Alves, 2007).

Estas medidas de intervenção alternativas são oportunas, na medida em que a criança ou jovem possam usufruir de um ambiente familiar. Segundo o entrevistado 20:

*“(...) uma forma de se dar uma família a estas crianças ou jovens.”*

Relativamente, às medidas que se poderiam constituir como alternativas ao processo de adopção, os entrevistados destacaram as famílias de acolhimento, as famílias de amigas, o apadrinhamento civil, os processos de tutela e a confiança a pessoa idónea.

O acolhimento familiar é a atribuição da confiança da criança ou jovem a uma pessoa singular ou a uma família habilitada que seja sinalizada pelos serviços da Segurança Social ou pela a Santa Casa da Misericórdia no caso do concelho de Lisboa. Esta medida possibilita a integração do menor em ambiente familiar. Esta foi a medida alternativa destacada pela maioria dos entrevistados (27%).

O projecto “Famílias Amigas” existe em diferentes instituições e/ou entidades que visa proporcionar vivências familiares às crianças e jovens acolhidos em lar de infância e juventude, tendo sido referido por 26% dos técnicos entrevistados como uma possibilidade de alternativa à institucionalização. Este projecto possibilita à criança ou jovem sem suporte familiar ou com suporte insuficiente, ser acolhido numa família, possibilitando-lhe a criação de laços afectivos e duradouros que contribuam para a sua estabilidade e desenvolvimento harmonioso.<sup>3</sup>

Referida por 21% dos entrevistados, o apadrinhamento civil é uma medida alternativa à adopção. Esta medida, é constituída, por decisão judicial e sujeita a registo civil, que se encontra legislada desde 2009. O apadrinhamento civil é uma medida proveniente de uma relação jurídica de carácter permanente entre a criança ou jovem com uma pessoa singular ou uma família que exerça os poderes e deveres semelhantes aos dos próprios pais. Esta permite que se estabeleça vínculos afectivos que possibilitem o bem-estar e o desenvolvimento do menor.

Os processos de tutela foram mencionados, como uma boa alternativa, por 18% dos técnicos entrevistados. Este processo é alusivo à nomeação de um tutor para a criança ou jovem, sendo este, designado pelos pais ou pelo tribunal. No caso, das crianças e/ou jovens acolhidos em lares de infância e juventude, precede-se na maioria dos casos de uma medida de promoção e protecção, em que o tribunal instaura oficiosamente um processo de tutela. Os menores são retirados da sua família

---

<sup>3</sup> Veja-se em <http://www.scma.pt> Consultado a 1 de Março de 2010.

natural. Neste processo os pais ou responsáveis pelo menor são inibidos de exercer o seu poder paternal e é nomeado um tutor para a criança ou jovem, entre parentes, afins, ou pessoas que de facto tenham cuidado ou estejam a cuidar ou demonstrem afeição por este.

A confiança à pessoa idónea é outra medida que possibilita uma pessoa que não tem qualquer relação familiar com a criança ou jovem, mas que estabeleça uma relação de afectividade recíproca, caso, possua capacidades educativas e disponibilidade para assegurar ao menor condições necessárias ao seu desenvolvimento integral. Dos técnicos entrevistados 3% consideram esta medida, como uma medida alternativa.

Contudo, estas medidas visam a promoção dos direitos e de protecção das crianças e jovens em situação de perigo e possibilitam uma alternativa a adopção; sobretudo, quando os menores acolhidos em lar de infância e juventude, não reúnem as condições, para que o seu projecto de vida vise a adopção. O objectivo destas medidas é a inserção dos menores em meio natural de vida, ou seja, a inserção em seio familiar. Segundo os técnicos inquiridos, estas, são medidas bastantes exequíveis.

**Quadro 6 - Medidas alternativas ao processo de adopção, segundo os entrevistados**

Alternativas ao processo de adopção	%
Processos de Tutela	18%
Apadrinhamento Civil	21%
Famílias de Acolhimento	27%
Famílias Amigas	26%
Confiança à pessoa idónea	8%
TOTAL	100%



## **5. A Lei de Adopção em Portugal: Perspectiva dos técnicos entrevistados**

A lei da adopção estabelece que o vínculo se constitua por sentença judicial. Este processo será instruído num inquérito, que deverá incidir, sobre a personalidade e a saúde do adoptando e adoptado e sobre a idoneidade do adoptante para que criar e educar o adoptando e também, a situação familiar e económica do adoptante e as razões determinantes do pedido de adopção.

Estes e outros requisitos são estabelecidos a partir da lei de adopção, que para a maioria dos entrevistados (52%) é uma lei que não está adequada às necessidades dos adoptantes e adoptados.

Apesar de estar previsto na lei que a adopção deverá realizar o superior interesse da criança e ser decretada, quando se apresente reais vantagens para o adoptado, alguns técnicos inquiridos referiram que este princípio não é respeitado entre outros aspectos devido a morosidade na definição do projecto de vida que muitas vezes está relacionado com a recuperação da família natural.

Segundo Sottomayor (2008), a lei tem-se centrado numa ideia de recuperação da família natural, fomentando, situações de confiança, em relação, à guarda da criança e/ou jovem a instituições ou famílias de acolhimento, em detrimento da adopção. Propiciando o prolongamento da institucionalização por muitos anos, continuando, a privar as crianças e/ou jovens privados de ter a sua família própria, adoptiva ou natural (Sottomayor, cit. Sá 2008).

Ainda segundo estes autores a noção de tempo do menor, também deve ser respeitada e reduzida durante a institucionalização (Sottomayor, cit. Sá 2008). A esta noção de tempo está inerente a morosidade da definição dos projectos de vida do menor, em que não se proporciona oportunidades e facilidades para que os menores se desenvolvam física, social e psiquicamente num ambiente saudável e em condições de liberdade e dignidade. Deste modo, nos projectos de vida urge uma necessidade de uma definição mais atempada, para que a criança e/ou jovem possa crescer em seio familiar.

Na perspectiva dos técnicos entrevistados referem que a lei fomenta um maior favorecimento dos adoptantes, na medida em que apenas se realiza um estudo sobre a personalidade, a saúde, a idoneidade para criar o menor, a situação económica e as razões do pedido de adopção. Isto irá reflecte-se no pouco investimento que se faz na preparação dos adoptantes, ou seja, não se proporciona um acompanhamento mais aproximado da situação.

Este facto poderá vir a alterar-se brevemente uma vez que em Novembro de 2009, promoveram-se formações sobre a parentalidade adoptiva, com vista a que os adoptantes possam ser acompanhados, numa primeira fase da construção do projecto de filiação adoptiva. Fase onde se irão aprofundar conhecimento sobre as suas motivações. Também visam acompanhar os adoptantes numa fase de pré-adopção, para que haja uma partilha de experiências orientadas para o futuro relacionamento de pais e filhos (Pastor, 2009).

Talvez esta situação possa vir a proporcionar, também alterações ao período de pré adopção.

Segundo o entrevistado 12: “(...) o período de pré-adopção não deveria ser possível, nos termos em que está legislado (...) estas crianças estão a perder novamente.”

É possível que a adopção não se concretize de facto, na fase de pré-adopção e haja um regresso da criança e/ou jovem ao lar, o que origina mais uma situação de perda na vida daquele menor que anteriormente perdeu a sua família natural.

Na lei da adopção, a idade do menor para a adopção é outro factor que os entrevistados definem como discriminatório. Essa ideia é partilhada por Sottomayor (2008), referente, ao aumento da idade no conceito de criança adoptáveis. Culturalmente, seria um passo importante, caso, se promovesse a adopção de jovens, seria uma alternativa viável, para uma redução significativa de crianças institucionalizadas (Sottomayor, cit. Sá 2008).

Os entrevistados indicaram ainda, a inexistência de equipas especializadas na área da família e do menor. Equipas, que poderiam trabalhar no sentido da agilização dos processos de adopção, nomeadamente, no acompanhamento dos processos de adopção e especificamente, na definição do projecto de vida do menor, tornando o processo mais célere.

Porém, alguns dos técnicos entrevistados mencionaram que a lei da adopção, está adequada às necessidades de adoptantes e adoptados, relativamente, a alteração da faixa etária, pois poderá possibilitar que haja mais pessoas que possam candidatar-se para a adopção.

A burocratização inerente ao processo de adopção, foi sublinhada por alguns dos entrevistados como uma medida que possibilita a afirmação das motivações dos adoptantes. Segundo o entrevistado 4:

*“(...) Este processo burocrático é necessário para os candidatos a pais adoptantes; funciona como uma triagem. Quem realmente quer adoptar, submete-se a este processo”.*

Segundo este técnico, a morosidade pode possibilitar aos futuros pais o ganho de consciência sobre o que vão proporcionar, um novo seio familiar para aquela criança ou jovem, assim como condições que lhe permitiram promover e proteger a sua segurança, saúde, formação, educação, ou seja, o seu bem-estar e desenvolvimento integral.

Outro factor positivo referido como positivo, foi enunciado pelo entrevistado 8, relativamente, à estruturação da lei e aos seus princípios, defende, que devem prevalecer as medidas que integrem as crianças e/ou jovens em seio familiar.

A maioria dos técnicos entrevistados considera que a lei da adopção, embora não seja perfeitamente adequada às necessidades destes menores ou sequer das famílias adoptantes, visa o superior interesse e protecção das crianças e jovens.

## **6. O processo de adopção, segundo os técnicos entrevistados**

À semelhança da filiação natural, a adopção é o vínculo que se estabelece legalmente entre duas pessoas, independentemente dos laços de sangue. Este vínculo constitui-se por sentença judicial proferida em processo que decorre no Tribunal de Família e Menores.<sup>4</sup>

Antes deste vínculo ser estabelecido, dá-se início a um processo, onde se procede a uma inscrição e posteriormente, a uma análise da candidatura dos adoptantes. Simultaneamente, procede-se a uma avaliação e análise das crianças e/ou jovens que cumprem os requisitos para lhes ser decretada a medida de adopção. Ao se estabelecer um período de pré-adopção, as equipas da Segurança Social e/ou da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, no caso deste concelho, acompanham e avaliam todo este período com vista à constituição definitiva do vínculo da adopção.

Estas e outras fases do processo são fundamentais para o sucesso da adopção, apesar destas análises e acompanhamentos, os nossos entrevistados referem que existem alguns condicionamentos inerentes ao processo. Consideram, que o enquadramento da lei da adopção, não corresponde à realidade dos adoptantes e adoptados, nomeadamente, na morosidade da definição do projecto de vida do menor.

Referem também, o período de pré-adopção como outro factor que condiciona o processo, ao possibilitar o retorno da criança ou jovem à instituição. A inexistência de medidas que impulsionem a adopção de jovens ou a adopção de crianças ou jovens com necessidades especiais. Consequentemente, estes factores poderão condicionar, a agilização dos processos de adopção. Como refere o entrevistado 3:

*“(...) é um processo muito estruturado, onde se perde o tempo útil da criança (...) o interesse do adoptante está primeiro, do que o interesse da criança (...) visa-se mais os direitos dos adoptante, do que os direitos da criança.”*

Outro factor constrange o processo de adopção, segundo os técnicos entrevistados, é a falta de recursos humanos envolvidos no desenvolvimento e no acompanhamento dos processos.

Está prevista nos organismos de Segurança Social a criação de equipas multidisciplinares para a definição e o estudo da situação social e jurídica da criança e do jovem, o que permitirá aos menores permanecerem menos tempo em situações de instabilidade dentro dos lares (Sottomayor, cit. Sá 2008). A existência destas equipas poderá impulsionar a agilização dos processos de adopção, através da definição de processos de vida mais atempados. Desta forma, os menores poderão permanecer menos tempo institucionalizados e haverá sempre uma maior possibilidade de se inserir as crianças e jovens em meio familiar.

A morosidade poderá ser um factor condicionante, no processo de adopção, na medida, em que interfere com a definição do projecto de vida do menor com vista a concretização da medida de adopção.

---

<sup>4</sup> Veja-se em <http://www.seg-social.pt>. Consultado a 5 de Março.

Segundo o entrevistado 8: “

*(...) A adopção é vista como o último recurso e o tempo para a definição do projecto de vida daquela criança está a passar, acabando por ficar institucionalizada aqui no lar.”*

A morosidade também foi reconhecida como uma medida necessária para adoptantes, nomeadamente, na fase de desenvolvimento do processo, uma vez que servirá como uma medida de selecção natural, em que os candidatos que não tenham uma vontade forte para adoptar um menor, acabam por desistir.

Associado a esta morosidade está a burocracia que para alguns dos entrevistados também é útil para se verificar se os casais, pretendem mesmo adoptar.

O período de pré adopção, também foi referido pelos técnicos, como um factor disposto na lei da adopção que deveria ser repensado, porque proporciona condicionamentos ao processo. Este período foi caracterizado como não favorável ao interesse da criança e/ou jovem, na medida em que o menor está a perder novamente uma família. Isto ilustra a opinião expressa dos entrevistados que indicaram que:

*“(...) no caso da pré-adopção, quando existem miúdos que já convivem com as famílias e por algum motivo são devolvidos durante este período é, frustrante. Eles estão a perder novamente.(...) o regresso dos miúdos não deveria ser previsto durante esse processo.”* (entrevistado 18).

Este período, poderá vir a reestruturar-se com a criação de formações para os candidatos a adoptantes desde Novembro de 2009. Como foi referido anteriormente, está previsto que se faça um maior acompanhamento e que se possibilite a criação de grupos de apoio, onde os adoptantes poderão partilhar experiências visando o sucesso da concretização da adopção (Pastor, 2009). Esta iniciativa poderá proporcionar que este período se torne menos delicado para o menor e que através dos acompanhamentos, os laços de vinculação sejam fortalecidos, entre futuros pais e filhos, para que se consiga, uma desvinculação ao lar mais eficiente.

Os técnicos também salientaram como condicionante inerente ao processo de adopção, a inexistência de medidas concretas que impulsionem a adopção de jovens com idades superiores ou a adopção de crianças ou jovens com necessidades especiais. Alguns técnicos referiram:

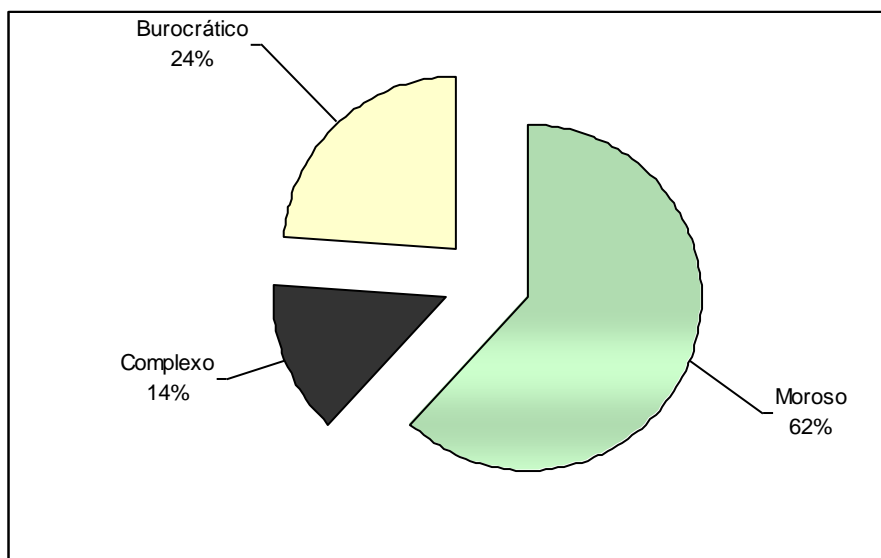
*“(...) A adopção é complicada, quando os miúdos são mais velhos ou tem problemas físicos ou outras características, que por vezes criam expectativas que saem falhadas. (...) Para os adoptados é pouco eficiente, não há um sistema que promovam as crianças que estão fora do padrão, ou seja, as crianças com necessidades especiais.”* (entrevistado 19).

Estes condicionantes que os técnicos referiam, também poderão ser analisados como alternativas viáveis ao processo de adopção, formando um conjunto de ideias que podem contribuir para o aparecimento de novas medidas, nomeadamente, medidas de incentivo e regulação especial, para que todos os menores possam vir a usufruir do processo de adopção.

Os condicionantes referidos pelos técnicos entrevistados culminam numa avaliação do processo de adopção como moroso (62%), burocrático (24%) e complexo (14%), como um dos entrevistados afirmou:

*“(...) um processo complicado, as crianças ficam muito tempo institucionalizadas, a espera que seja decretada a adopção.”* (entrevistado 18).

**Gráfico 2 - Avaliação do processo de adopção, segundo técnicos entrevistados**



## **7. O contributo da Lista Nacional para Adopção para crianças e/ou jovens e para os candidatos a adoptantes no processo de adopção, segundo os técnicos entrevistados**

A lista nacional para adopção é uma base de dados onde constam os candidatos seleccionados para adopção e as crianças e jovens em situação de adoptabilidade.

Esta lista encontra-se legislada na Lei 31/2003 de 22 de Agosto no artigo 11º alínea B, onde refere, que devem existir no âmbito do organismo de segurança social, uma lista nacional dos menores em situação de adoptabilidade e dos candidatos a adoptantes. O objectivo desta lista é aumentar as possibilidades de adopção e potenciar a melhor adequação na escolha dos candidatos a adoptantes e dos menores que lhes sejam confiados para adopção.

Segundo Neves (2010), a lista nacional para adopção com os candidatos a pais e filhos, que vigora desde 2006, foi um dos contributos segundo o seu artigo, para uma subida do número de adopções realizadas em Portugal em 2009. Esta lista, possibilita o cruzamento de dados sobre os

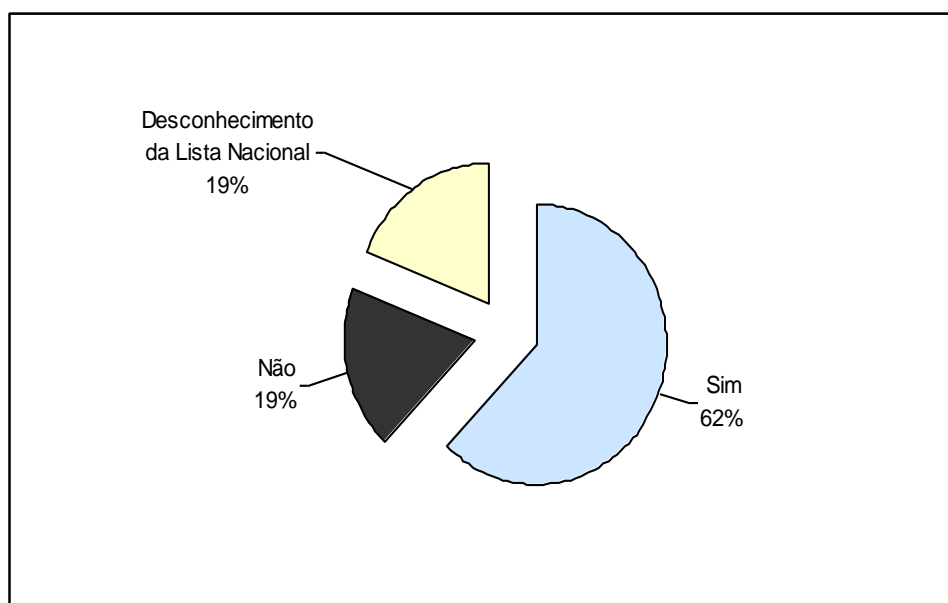
menores e os candidatos a adoptantes e também, a circulação de informação, como justificam os responsáveis por esta lista (Neves, 2010).

A constatação anterior, reflecte-se na análise dos técnicos entrevistados quando 62% dos mesmos referem que a informação está mais centralizada e reconhece a contribuição da Lista Nacional para a Adopção, na agilização do processo de adopção.

Dos técnicos entrevistados 19 % referem que esta medida não tem contribuído para o processo de adopção. Note-se que 19% dos técnicos que desconhece a existência desta lista.

Segundo Sottomayor (2008) estas listas aumentam a possibilidade de adopção e contribuem para uma melhor adequação na escolha de adoptantes e adoptados (Sottomayor, cit. Sá 2008). Esta articulação de informação entre entidades intervenientes sobre, os candidatos a adoptantes e menores adoptáveis é, consequentemente, uma organização da informação que permite que haja uma coerência na informação possibilitando uma agilização no processo de adopção.

**Gráfico 3 – Resultado da análise das entrevistas aos técnicos sobre o contributo da Lista Nacional para Adopção na agilização do processo de adopção**



## 8. Às relações de parceria na realização do processo de adopção, na perspectiva dos técnicos entrevistados

As parcerias quando se estabelecem e consolidam, independentemente da sua natureza, pressupõem que se configure reuniões entre as entidades e as pessoas que partilham determinados valores e visem atingir objectivos comuns. Nesta convergência, identificam-se afinidades de interesses e metas, que conduzem à realização de um trabalho conjunto (Castro, s/d).

Segundo esta metodologia de intervenção social, as instituições e/ou entidades trabalham para um compromisso colectivo, onde se racionalizam as intervenções e promovem as trocas de experiências, de conhecimento e de saberes.

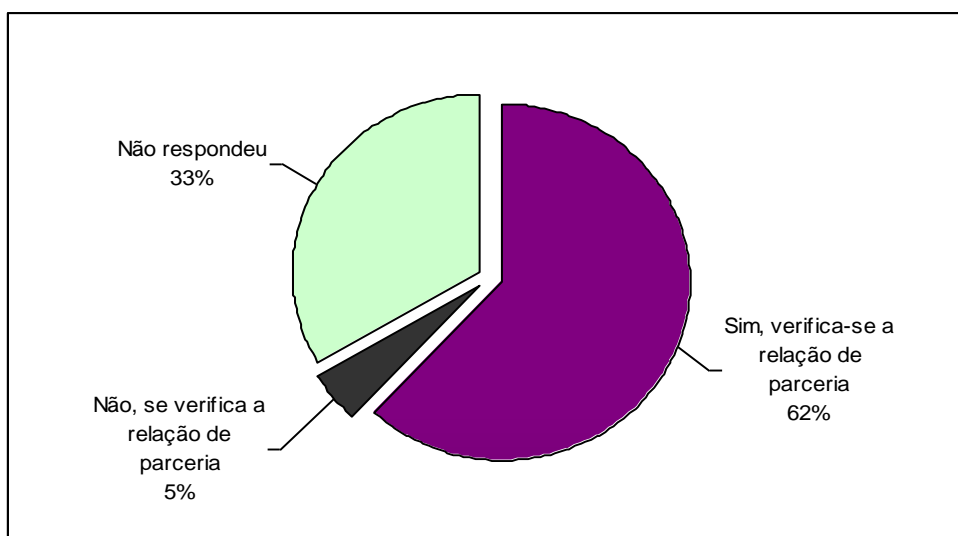
Actualmente, privilegiam-se as relações em parceria entre as diferentes entidades e/ou instituições através de uma intervenção partilhada com o objectivo de se intervir de uma forma mais exacta, procurando soluções mais eficazes para o problema. Esta complementaridade entre as instituições e/ou entidades é fundamental, para que se possa estabelecer um trabalho em rede, permitindo um conhecimento dos projectos e também, uma maior rentabilização dos recursos e uma partilha na organização de políticas de desenvolvimento.

Segundo a análise dos técnicos entrevistados a relação de parceria para a concretização do processo de adopção:

*“(...) é uma relação benéfica. o trabalho em parceria, muito positivo.”* (entrevistado 19).

Dos técnicos entrevistados 5% referem, que as relações de parceria não existem. Uma das dificuldades é na definição do projecto de vida, principalmente, quando as equipas não estão de acordo, justificando-se, que o processo deveria ser regulado ao nível jurídico.

**Gráfico 4 - Análise dos entrevistados à relação de parceria entre as instituições e/ou entidades na concretização da medida de adopção**



O trabalho em rede é um factor que propicia uma relação de parceria, na medida em que se possibilita uma optimização de recursos e forças, em que se une esforços e tarefas, visando objectivos comuns entre as diferentes entidades e instituições que participam na concretização da medida de adopção. Através desta metodologia de trabalho, é possível que as equipas que trabalham com o menor e com a família partilhem decisões e que se reúnam permanentemente com o objectivo de elaborar os projectos de vida que tracem medidas que vão ao encontro das necessidades destes menores institucionalizados.

*“(…) Na minha experiência tem sido uma relação positiva e de verdadeira cooperação, um trabalho em rede com as instituições.”, “(…) Tivemos sempre em articulação com as diferentes equipas, foi uma relação muito positiva.” (entrevistado 5).*

As relações de parcerias que os lares de infância e juventude estabelecem com as diferentes instituições e/ou entidades, segundo os técnicos entrevistados, potencia um trabalho em rede onde se constitui uma relação multidisciplinar, partilhando e complementando informações o que contribui para uma maior eficiência no processo de adopção.

## **9. A importância das relações de parceria na definição do projecto de vida da criança ou jovem, segundo os técnicos entrevistados**

A parceria é uma metodologia de trabalho em equipa entre as instituições e/ou entidades públicas e/ou privadas é uma metodologia participativa que apela à intervenção comum na definição do projecto de vida do menor.

A análise dos técnicos entrevistados, permite-nos observar que a relação de parceria possibilita uma definição do projecto de vida mais adequado às necessidades dos menores, mas subsistem outros factores que impulsionam esta metodologia de intervenção.

A multidisciplinaridade das equipas é um factor que surge através das parcerias que as diferentes instituições e/ou entidades estabelecem. Em reuniões consegue-se delinear estratégias e clarificar projectos de vida para os menores. As diferentes áreas de formação dos técnicos e os diferentes valores e ideias que trazem consigo são uma mais valia, possibilitando uma intervenção dinâmica.

Na definição do projecto de vida do menor está inerente um trabalho multidisciplinar em que as equipas se reúnem e planeiam acções comuns, potenciam os recursos existentes na comunidade, como também, possibilitam respostas sociais que mais se adequam à resolução da situação do



menor. O projecto de vida da criança e/ou jovem é um elemento que deve versar os interesses e direitos do menor.

A articulação da informação entre as equipas foi outro factor que os entrevistados indicaram como importante, porque permite um trabalho em cooperação e uma partilha de responsabilidades. Esta articulação de informação permite às diferentes instituições e/ou entidades desenvolverem um trabalho comum, cruzando diligências e acções em que haja uma informação constante e actualizada sobre a situação dos menores e das suas famílias.

A cooperação entre as instituições e/ou entidades contribui para uma articulação entre os diferentes equipamentos e serviços existentes na comunidade, como a escola, o centro de saúde e outros serviços. Deste modo constrói-se um trabalho em rede entre as instituições e/ou entidades, através desta relação de parceria em que se criam redes que trabalham com a família e com o menor numa definição de um projecto de vida mais adequado.

Todos estes factores permitem uma maior eficácia e uma melhor cobertura na organização das respostas dadas pelas instituições e/ou entidades, ou seja, criam-se canais regulares de comunicação e informação entre os parceiros. As parcerias possibilitam a aquisição de novos saberes, práticas e modelos de acção na definição dos projectos de vida das crianças ou jovens.

A maioria dos entrevistados, considera que se deverá promover um relacionamento de parcerias entre as diferentes instituições e entidades, pois, como um dos entrevistados referiu:

*“(...) A parceria será sem duvida o futuro das estratégias e metodologias de trabalho das equipas.”* (entrevistado 17).

### **9.1 A importância das parcerias entre as instituições e/ou entidades na definição do projecto de vida para adopção, segundo os técnicos**

No seguimento do que foi referido anteriormente, os técnicos entrevistados, referem a parceria como uma mais valia na definição do projecto de vida para a adopção. Como o entrevistado 16 referiu:

*“(...) neste momento já ninguém trabalha isolado. Se ainda existem técnicos e equipas que trabalham sem ser em parceria, penso que são uma minoria e cada vez mais tendem a diluir-se.”*

As parcerias dinamizam muito a intervenção fazem com que haja mais sucesso, porque as equipas convergem no mesmo sentido, o que permite uma intervenção multidisciplinar e visando um objectivo comum, salvaguardando, o bem-estar da criança, ou seja, melhores condições que posam proporcionar uma família para estas crianças e/ou jovens.

Para um projecto de vida com vista à adopção, os técnicos entrevistados analisam as parcerias como uma metodologia interventiva, planeada, integrada e sistemática, isto é, em verdadeiras redes de cooperação. Estas redes possibilitam a criação de canais de comunicação entre as instituições e/ou entidades que possibilitando uma articulação de informação em que todos os intervenientes neste projecto de vida possam decidirem em conjunto e tornar célere o processo de adopção.

Alguns entrevistados, indicaram, que a definição do projecto de vida com vista adopção, nunca poderá ser decidido ao nível social, terá que ser um processo de âmbito judicial. Esta decisão nunca poderá ser analisada apenas em Tribunal, porque os lares cuidam permanente destas crianças e jovens e têm uma visão privilegiada das suas necessidades e anseios.

## **Capitulo 5 - Breve exposição sobre o trabalho realizado nos lares de infância e juventude inquiridos**

### **1. Definição do projecto de vida da criança e/ou jovem: Breve nota sobre o trabalho desenvolvido pelos técnicos**

O Decreto-Lei n.º 185/93, de 22 de Maio, no artigo 10 estipula que o Governo deve apresentar anualmente à Assembleia da República, um relatório sobre a existência e evolução dos projectos de vida das crianças e jovens que estejam em acolhimento institucional e familiar, como os lares, centros de acolhimento e famílias de acolhimento.

Deste modo, a Direcção-Geral de Acção Social estabeleceu normas para as condições de implantação, localização, instalação e funcionamento dos lares de infância e juventude, onde está referenciada, a norma XI, relativa a definição do projecto de vida da criança ou jovem. Esta norma XI indica que (Fernandes e Silva, 1996):

1. Para cada criança e/ou jovem deve ser encontrado um projecto de vida o qual deve ser partilhado por ela e pela sua família sempre que possível;
2. Deve ser feito o acompanhamento e a avaliação sistemática de cada situação de modo a permitir encontrar-se em cada momento a resposta mais adequada;
3. Para cada criança/jovem deve existir um processo individual devidamente organizado contendo todos os dados relativos à sua situação pessoal, familiar e social.

Esta norma estabelece a definição e a criação de um projecto de vida para cada criança e/ou jovem institucionalizado.

A equipa técnica do lar de infância e juventude deve definir um projecto de vida, versando sobre um acompanhamento individual e com carácter de confidencialidade, para que seja possível, a realização de uma avaliação sistemática de cada situação, de modo a encontrar, uma resposta adequada às necessidades das crianças e/ou jovens (Fernandes e Silva, 1996).

Os técnicos destas equipas também exercem funções de gestor de caso. Cada criança ou jovem acolhido no lar será acompanhado por este gestor que ficará encarregue de acompanhar e actualizar todo o processo individual (Fangueiro, 2007).

O gestor caso é o técnico que assume uma actuação directa nas situações e faz o reporte da informação e intervenções desenvolvidas com a criança ou o jovem no lar de infância e juventude (Alves e Oliveira, 2007). Este é responsável pelo preenchimento e encaminhamento de uma ficha de caracterização sumária dos projectos de vida, para os serviços competentes, tais como, a Segurança Social ou para o Tribunal

A ficha de caracterização sumária dos projectos de vida foi criada pela a Segurança Social, tem como objectivo recolher e descrever informações acerca do perfil da criança ou jovem acolhida numa dada instituição. Nesta ficha constam alguns dados demográficos como o nome, data de nascimento, naturalidade, nacionalidade, documentos de identificação, boletim de nascimento, idade e sexo. Também é solicitada, uma informação acerca da situação educativa da criança e/ou jovem, ou seja, a frequência em algum equipamento escolar.

Além da situação demográfica e escolar do menor, a ficha de caracterização também pretende descrever a situação de acolhimento, o tempo de permanência e o local do acolhimento, isto é, qual a unidade de emergência em que o menor se encontra (lar de infância e juventude, casa de acolhimento de emergência, lar residencial/apartamento de autonomização, centro de apoio à vida).

Procede-se, também à identificação da situação jurídica da criança e/ou jovem, ou seja, a medida que está aplicada ao menor, que poderá ser:

- Acolhimento familiar;
- Acolhimento em instituição;
- Confiança a instituição com vista a futura adopção;
- Confiança jurídica com vista a futura adopção, atribuída a instituição;
- Tutela do director da instituição de acolhimento;
- Regulação do exercício do poder paternal.

Posteriormente, define-se o projecto de vida da criança e/ou jovem, que é sustentado através de um plano de intervenção, constituindo pelo como o resultado último da intervenção desenvolvida que poderá versar sobre um destes pontos:

- Sem projecto de vida delineado;
- (Re)integração na família nuclear;
- (Re)integração na família alargada;

- Confiança à guarda de terceira pessoa, tal como, a Tutela ou Regulação do Poder Paternal;
- Acolhimento em Lar de Infância e Juventude;
- Acolhimento em Colégio de Educação Especial / Lar Residencial;
- Acolhimento familiar;
- Autonomização;
- Adopção nacional;
- Adopção internacional.

Quando uma criança e/ou jovem não tem projecto de vida delineado está perante, uma situação de não realização e/ou finalização do diagnóstico da situação sócio-familiar, ou então na fase de diagnóstico da situação, que é efectuado sem definição ou concretização de um plano de intervenção devido a um acolhimento a menos de seis meses. Por fim, também pode ser devido a uma fuga prolongada ou dificuldades inerentes à equipa técnica na instituição, que a impossibilitam da execução e acompanhamento da medida de promoção e/ou protecção.

O diagnóstico da situação e o plano de intervenção podem vir a concretizar-se sem sucesso, nomeadamente, devido a uma situação de fuga prolongada ou uma alteração recente do projecto de vida e a criança e/ou jovem. Estes factores não permitem delinear a curto/médio prazo um plano de intervenção para o cumprimento de uma medida.

Uma das possibilidades no projecto de vida é o regresso da criança e/ou jovem ao seu seio familiar, ou seja, uma (re) integração na família nuclear e na família alargada.

A medida, confiança à guarda de terceira pessoa, possibilita a uma pessoa que não tenha qualquer relação familiar com a criança ou jovem de estabelecer uma relação de afectividade recíproca e possua capacidades educativas e disponibilidade para assegurar ao menor condições necessárias ao seu desenvolvimento integral, segundo o Decreto-Lei nº12/2008 de 17 de Janeiro. Este processo é referente a Tutela ou Regulação do Poder Paternal, previstos no Código Civil.

O acolhimento em lar de infância e juventude é uma medida prevista no projecto de vida, sendo uma resposta em equipamento destinada para as crianças e jovens que se encontram em situação de perigo, por um período superior a seis meses.<sup>5</sup>

O acolhimento em colégio de educação especial / lar residencial é também, uma resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a acolher crianças e/ou jovens com necessidades educativas especiais que necessitem de frequentar estruturas de apoio específico situadas longe do local da sua residência habitual ou que, por comprovadas necessidades familiares, precisem, temporariamente, de resposta substitutiva da família.<sup>6</sup>

O acolhimento familiar é uma resposta social, desenvolvida através de um serviço, que consiste na atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma família ou a uma pessoa singular,

---

<sup>5</sup>Veja-se em <http://www.seg-social.pt>. Consultado a 7 de Março de 2010

<sup>6</sup> Idem

habilitadas para o efeito. Esta é uma medida de promoção e protecção, visando a sua integração em meio familiar.<sup>7</sup>

A autonomização da criança e/ou jovem é uma resposta social, desenvolvida em equipamento, ou seja, um apartamento inserido na comunidade local. Esta medida destina-se a apoiar a transição do jovem para a vida adulta, onde pode adquirir competências pessoais específicas, através da dinamização de serviços que articulam e potenciam recursos existentes nos espaços territoriais.<sup>8</sup>

Por fim, encontramos, a adopção como um projecto de vida. Esta medida é o vínculo à semelhança da filiação natural, mas independentemente dos laços de sangue que se estabelece legalmente entre duas pessoas. Este vínculo constitui-se por sentença judicial proferida em processo que decorre no Tribunal de Família e Menores.<sup>9</sup> A adopção poderá ser realizada em dimensão/território nacional ou internacional.

Relativamente, à definição do projecto de vida com vista a adopção os lares de infância e juventude realizam este processo com a Segurança Social ou a Santa Casa da Misericórdia, no caso do concelho de Lisboa.

Esta equipa que trabalha com o serviço da adopção inscreve, estuda e avalia os candidatos à adopção e também, integra crianças e/ou jovens nas famílias seleccionadas para adoptar. O seu trabalho consiste num acompanhamento e numa avaliação do período de pré-adopção com vista à constituição definitiva do vínculo da filiação adoptiva.

## **2. Rede de parcerias dos Lares de Infância e Juventude inquiridos: Breve nota**

A parceria proporciona vantagens para cada instituição e/ou entidade, nomeadamente, no fortalecimento e na ampliação da capacidade de acção, a realização de projectos e acções conjuntas, a troca de conhecimentos e experiência e também, a rentabilização dos recursos (Adulis, 2002).

As parcerias são uma forma de intervenção em grupo negociada entre as diferentes entidades e/ou instituições, visam um trabalho em cooperação numa determinada área e/ou projecto, tendo uma estratégia de intervenção partilhada em que todos os parceiros sociais participam numa resolução acertada para determinado problema.

Os objectivos da relação de parceria tendem a ser relativos a um impacto mais profundo na realidade nos quais as entidades e/ou instituições actuam. Esta relação permite ampliar os efeitos de

---

<sup>7</sup> Veja-se em <http://www.seg-social.pt>. Consultado a 7 de Março

<sup>8</sup> Idem

<sup>9</sup> Ibidem

um trabalho de co-responsabilizar os sujeitos em torno de acções voltadas para a ampliação da cidadania e para a resolução dos problemas sociais (Valerelli, 1999).

A constituição das parcerias locais advém de um constante crescimento do número de instituições do sector social e de um progressivo alargamento da sua obra, proporcionando uma rede de solidariedade e protecção social, apelando a uma cultura de parceria. Esta permite, que se estabeleça uma articulação entre as entidades e/ou instituições públicas e privadas, congregando em esforços comuns e incentivando redes de apoio social (Castro s/d).

As parcerias locais tornam-se uma possibilidade dos parceiros participarem na criação de políticas que reflectem as suas preocupações e implica uma nova organização e gestão dos serviços com vista a um bem comum. Para se incrementar a eficácia destas parcerias locais é importante reconhecer o papel dos actores locais, em que é necessário que haja uma transparência nas intervenções e se crie estratégias de comunicação entre todos para que se trabalhe em rede (Castro s/d).

Esta metodologia de intervenção deve produzir resultados, permitindo decisões bem ponderadas, compromissos explícitos e mecanismos de controlo, avaliação e participação, conforme podemos observar através da rede de parcerias que os lares de infância e juventude estabelecem com a comunidade.

Os lares de crianças e jovens inquiridos, estabelecem parcerias formais com:

- Câmara Municipal através da Comissão Local de Acção Social;
- Junta de freguesia através da Comissão Social de Freguesia e Comissão Social Interfreguesias;
- CPCJ - Comissão de Protecção de Crianças e Jovens
- Tribunal – as EMAT'S (Equipas multidisciplinares de assessoria Técnica aos tribunais);
- Membro do Conselho de Escolas;
- Segurança Social – Equipas de Crianças e Jovens;
- Ministério da Educação – Agrupamento de Escolas;
- Instituto de Emprego e Formação Profissional;
- Estabelecimento de acordos com diferentes entidades e/ou associações ao nível, lúdico, profissional, educacional;

Segundo Geddes (1998) as parcerias formais vão ao encontro do conceito de partenariado. Este reflecte-se numa estrutura mais formal, que apareceu nos anos 60, consequência dos programas patrocinados e promovidos pela Comissão Europeia e associado a políticas sociais e económicas. O partenariado é um conceito mais utilizados entre os Estados como uma estratégia local (Gueddes, 1998).

Como poderemos analisar, os lares de infância e juventude estabelecem parcerias formais com equipas dirigidas por organismos do Estado. Estas parcerias visam um trabalho em equipa, onde se reúnem para delinear estratégias de intervenção e também definir os projectos de vida das crianças e jovens acolhidos.

Os lares de crianças e jovens inquiridos estabelecem parcerias informais com:

- Hospitais;
- Centros de Saúde;
- Bombeiros Voluntários;
- Instituições Particulares de Solidariedade Social ao nível local para que se possam desenvolverem um trabalho inter-institucional ao nível lúdico, educacional;
- Autoridades policiais (Polícia de Segurança Pública e/ou Guarda Nacional Republicana).

Na perspectiva de Geddes (1998) a parceria tem uma estrutura informal, faz evidência às tradições e às práticas de colaboração e solidária entre um grupo de indivíduos com um interesse comum (Geddes, 1998).

As parcerias informais que os lares de infância e juventude estabelecem, nomeadamente, entidades do nível da saúde e também, ao nível da segurança como as autoridades policiais.

Relativamente, às parcerias que os lares de infância e juventude estabelecem com as Instituições Particulares de Solidariedade Social, são actividades e encontros, onde são discutidas diversas áreas de intervenção, tais como educação, saúde, desporto, cultura e lazer com o objectivo de se desenvolver competências pessoais, sociais, escolares e profissionais nas crianças e jovens acolhidos.

Os resultados positivos que os lares de infância e juventude contactados referem do trabalho em parceria são:

- Maior articulação entre os serviços;
- Maior possibilidade de eficácia nas respostas;
- Rentabilização dos serviços existentes na comunidade;
- Estabelecimento de rede de contactos (o que nos permite ter conhecimento da pessoa que temos de contactar para cada tipo de assunto)
- Partilha de informação sobre os casos com as diferentes entidades e/ou instituições que anteriormente trabalharam com o menor e a sua família;
- Maior qualificação das intervenções.

De acordo com os lares de infância e juventude estudados, deduz-se que o trabalho em parceria possibilita uma cooperação e permite a partilha de diligências e intervenções entre as instituições e/ou entidades.

Os resultados negativos que os lares de infância e juventude referem do trabalho em parceria são:

- Falta do compromisso nos prazos estabelecidos com os parceiros;
- Desarticulação entre os serviços, relativamente, ao agendamento de reuniões;
- Desarticulação na definição das intervenções;
- Reestruturação dos serviços, por vezes, possibilita uma desarticulação na rede que foi anteriormente estabelecida.

Estes resultados negativos, advém da acumulação de intervenções e funções que os técnicos têm nas suas instituições e/ou entidades, deste modo torna-se difícil agilizar intervenções entre os serviços.

Apesar das dificuldades que os técnicos dos lares de infância e juventude sentem, os resultados que derivam destas parcerias, possibilitam uma intervenção descentralizada, ou seja, uma participação activa das instituições e/ou entidades com os lares na concretização dos projectos de vida das crianças e/ou jovens.



### **III Parte - Síntese e Propostas de Intervenção**

#### **1. As relações de parceria no processo de adopção em lares de infância e juventude**

Do diagnóstico e da análise de conteúdo dos elementos procedente das entrevistas realizadas aos técnicos dos lares de infância e juventude, foi possível, retirar diferentes conclusões e também sugestões para intervenções futuras.

*“As normas e os direitos na Constituição da Republica Portuguesa e na Convenção dos Direitos da Criança, indicam-nos claramente que, quando temporária ou definitivamente afastados do âmbito familiar, as crianças e jovens têm direito a protecção e atenção privilegiada do Estado”* (Moniz, 2008).

Os lares de infância e juventude são estruturas fundamentais para que seja cumprido o direito destas crianças e jovens, na ausência de uma estrutura. Segundo Moniz (2008) estas instituições e entidades da sociedade civil junto das crianças e jovens em perigo complementam a acção directa do Estado (Moniz, 2008).

Os técnicos entrevistados defendem que os lares são uma medida de protecção em detrimento da família natural do menor, ou seja, funciona como uma alternativa, quando se verifica uma situação em que a criança e/ou jovem se encontra em perigo. Segundo Moniz (2008) a *acolhimento institucional deverá ser visto como uma perspectiva transitória e nunca como um projecto de vida da criança ou jovem*” (Moniz, 2008).

Os lares de infância e juventude, assumem-se como uma resposta temporária para os menores é preciso promover-se a integração da criança ou jovem em meio familiar.

Os técnicos entrevistados referem que a lei da adopção não está adequada a realidade da situação das crianças e/ou jovens e deste modo, indicaram a algumas alternativas ao processo de adopção.

Segundo o entrevistado 2 referiu: *“O processo da adopção deveria funcionar ao contrário, primeiro conhecer a criança ou jovem e só depois estabelecer-se uma relação de adopção, isto no caso das crianças mais velhas.”*

Estas perspectivas podem vir a ser consideradas como uma alternativa ao processo de adopção no caso dos jovens institucionalizados, em que primeiramente é proporcionado um contacto entre o menor e o adulto, onde se iria estabelecer uma relação de empatia e posteriormente, concretizava-se a medida de adopção. Deste modo, o processo seria mais natural, na medida em que não se imponha um pai ou uma mãe aquela criança ou jovem. Como Eduardo Sá (2008) expressa *“Mas, quem adopta quem? Ninguém adopta ninguém se a adopção se não der ao mesmo tempo e*

*mutuamente. Mas, se para as crianças não é simples adoptar os pais, também para os pais não é fácil adoptar uma criança.*" (Sá, 2008:231)

*"As equipas têm de ser mais proactivas, hesita-se muito na concretização da definição do projecto de vida da criança para adopção"* (entrevistado 8). Esta ideia referida por um dos entrevistados reflecte o desconhecimento da lei da adopção por parte de alguns técnicos, encontramos 19% dos entrevistados que não conhece a lei.

Uma das alternativas para a promoção do processo de adopção apresentada é a melhoria e a promoção de estruturas e instrumentos de apoio, aos quais os técnicos possam recorrer para concretizar esta medida, através das entidades competentes como a Segurança Social e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Estas medidas iriam possibilitar um maior conhecimento da lei por parte dos técnicos dos lares de infância e juventude.

Relativamente, ao processo de adopção em Portugal, os técnicos analisam-no como moroso, burocrático e complexo, tendo como referência diferentes condicionantes, tais como, o desfasamento da lei em relação à realidade portuguesa e a morosidade na definição do projecto de vida do menor.

Segundo um dos entrevistados *" Moroso, burocrático (...) Deverá haver uma maior avaliação do processo de adopção."* (entrevistado 5).

Este processo para a maioria dos técnicos entrevistados não actua visando o superior interesse do menor acolhido, devido a morosidade na definição do projecto para adopção, a falta de técnicos nas instituições e/ou entidades e também, a inexistências de políticas que impulsionem a adopção de jovens. Este último ponto, poderá ser considerado como uma alternativa à institucionalização em lar de infância e juventude, ou seja, criar políticas promovendo e proporcionando a adopção de jovens para que estes regressem ao seio familiar.

Nos dias de hoje, através das relações de parceria, as instituições e/ou entidades estabelecem e consolidam as relações, tornando as respostas sociais mais eficazes. A parceria procede da existência de um trabalho de cooperação na concretização do projecto comum, que possibilita a gestão partilhada de recursos, em que cada parceiro potencia a sua especialidade para uma maior qualidade da resposta à população (Castro, s/d).

Segundo o parecer dos técnicos, a parceria é uma medida fundamental na definição dos projectos de vida da criança e/ou jovem e também, no processo de adopção, porque suscita um trabalho em rede, uma comunicação interinstitucional e uma a relação multidisciplinar entre as entidades e instituições.

*"(...) aposto num trabalho multidisciplinar, se todos tivermos um trabalho conjunto é mais positivo para o superior interesse da criança."*(entrevistado 20).

O contributo da relação em parceria tem possibilitado a dinamização e sucesso na definição de um projecto de vida da criança e/ou jovem, através da multidisciplinaridade das equipas e também dos canais de comunicação que se estabelecem entre as entidades e/ou instituições.

A multidisciplinaridade das equipas é um factor conseguido através das parcerias que as diferentes instituições e/ou entidades estabelecem entre si. Estas equipas são compostas por técnicos de diferentes áreas de formação e também, os valores e ideias que levam consigo das instituições e/ou entidades que representam são uma mais valia, porque possibilita uma intervenção dinâmica.

Os canais de comunicação entre os parceiros, possibilita a circulação de informação, o que contribui para uma complementaridade de trabalho, especificamente, nas relações de partilha, na responsabilidade e no desenvolvimento das acções, proporcionando modelos de intervenção dinâmicos nos projectos de vida das crianças e/ou jovens institucionalizados.

Porém, o trabalho em parceria deverá ser um trabalho em rede e não uma acumulação de intervenções, assim, as equipas deverão estruturar e delimitar as suas acções de modo a que não haja sobreposição de intervenção. Segundo a opinião de um entrevistado:

*“(...) É necessário regular e delimitar o trabalho em parceria entre as diferentes instituições”.*

Segundo Sousa (2007), o modelo de intervenção social, baseia-se numa relação de parceria entre diferentes profissionais e instituições. Hoje em dia, há cada vez mais, o reconhecimento pelo trabalho desenvolvido em parceria, embora, necessite de ser mais coordenado e regulamentado, porque ainda não se verifica uma generalização deste modelo (Sousa 2007). Deste modo, a regulamentação das intervenções, pode possibilitar uma acção mais multidisciplinar e conjunta.

As parcerias são uma metodologia de trabalho fundamental para a concretização do processo de adopção, na medida, em que cada vez mais às instituições e/ou entidades visam um trabalho em rede e agem conjuntamente, na realização e na procura de um fim comum; ou seja, na definição de novas possibilidades para aquela criança ou jovem que permanece num lar.

## **Considerações finais**

As parcerias possibilitam uma flexibilidade operativa, visando uma maior eficácia, na resolução dos problemas. Estas promovem uma cultura de trabalho trans-institucional, através da cooperação entre as instituições. Um trabalho em parceria suscita uma maior qualidade nas intervenções e nos serviços, possibilita uma intervenção mais eficaz. Contudo, as parcerias findam o individualismo institucional e promovem, uma cultura de colaboração entre as instituições e/ou entidades, de maneira a compreender a natureza pluridimensional dos problemas.

As relações de parceria estão inerentes à institucionalização do menor, no processo de adopção e consequentemente na construção do projecto de vida do menor, ou seja, as diferentes entidades e/ou instituições públicas e privadas desenvolvem uma cooperação entre si para que se agilize o processo do menor visando o seu superior interesse.

Ao analisar as relações de parceria entre as diferentes instituições e entidades implicadas neste estudo, conclui-se que é importante salientar, o contributo desta metodologia de intervenção para a agilização do processo de adopção e consequentemente, para a elaboração do projecto de vida. Este estudo focou-se nas opiniões de técnicos de lares sobre as relações de parceria, entre equipas multidisciplinares, através de redes de cooperação entre os lares de infância e juventude e as equipas da Segurança Social e/ou Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, no caso deste concelho.

O contributo da relação em parceria deriva de um trabalho em rede, em que se optimiza os recursos da comunidade e traça-se os objectivos comuns entre as diferentes entidades e instituições que participam, nomeadamente, na concretização da medida de adopção. Como foi referido pelos técnicos entrevistados, a relação multidisciplinar das equipas é uma mais valia do trabalho em rede entre os diferentes parceiros, ou seja, a partilha de informações, contribui para uma maior eficiência da intervenção no processo de adopção.

A parceria é um modelo de organização de trabalho através da cooperação e da partilha de responsabilidades, em que se articula, com as diferentes instituições e/ou entidades que trabalham ao nível local. Este modelo poderá ser definido por um conjunto de elementos interdependentes que interagem visando objectivos comuns, na medida em que o relacionamento que as instituições e/ou entidades estabelecem poderá ser considerado como um sistema. Deste modo, poderá reconhecer-se a importância e a influência da Teoria Geral do Sistema nas relações de parceria.

A Teoria Geral do Sistema criada por Bertalanffy (1968) explica um sistema organizado por elementos interdependentes e rodeado por um meio exterior. O sistema que interage com o meio exterior é um sistema aberto, porque se processam através de trocas de energia e/ou informação, designados por input ou output que são canais de comunicação que interagem com o meio.

As relações em parceria entre as diferentes entidades e/ou instituições funcionam como um sistema em que o todo depende das partes, ou seja, na definição dos projectos de vida do menor observamos que as instituições e/ou entidades unem-se formando um sistema de comunicação, de partilha e de responsabilidade em que acções definidas, podem ser mais positivas para as crianças e/ou jovens.

A definição do projecto de vida da criança e/ou jovem tem início no estudo da vida do menor e da sua família. Neste projecto podem ser traçadas diferentes medidas, tais como, a possibilidade de inserção em meio familiar, a institucionalização ou o encaminhamento para adopção.

A adopção é uma medida que pretende proporcionar à criança ou jovem, uma oportunidade de adquirir uma nova família, estabelecendo laços legais de filiação e constituição ou reconstituição dos vínculos semelhantes aos da filiação biológica (Salvaterra, 2003)

O menor tem o seu próprio tempo, o tempo de ser criança, com o direito inalienável a tudo o que de bom esse tempo representa no ciclo da vida humana. A adopção representa para a criança ou jovem um novo mundo, onde nasce a filiação afectiva e é esse o valor social da adopção (Roçadas, 2005). A adopção visa dar uma nova oportunidade a criança e/ou jovem de adquirir uma nova família, a família adoptiva, originando a constituição ou a reconstituição dos vínculos (Salvaterra, 2003).

O processo de adopção é para muitos dos nossos entrevistados, um processo moroso, desarticulado da realidade das famílias que pretendem adoptar e também, da realidade das crianças e/ou jovens em busca da adopção.

Neste estudo encontramos algumas fragilidades associadas ao processo de adopção por parte dos técnicos. O desconhecimento da lei da adopção por parte dos técnicos dos lares de infância e juventude, assim como, os procedimentos inerentes a este processo. O processo de adopção é uma medida pouco investida por parte dos técnicos nos lares, uma vez que encontramos técnicos que nunca concretizaram esta medida.

A adopção continua a ser uma alternativa para estas crianças e/ou jovens institucionalizados em lares, apesar das fragilidades sentidas por parte dos técnicos.

Os lares de infância e juventude são uma medida de acolhimento institucional prolongado e uma alternativa viável, para possíveis situações que envolvam perigo para a criança e/ou jovem.

Apesar dos lares estarem regulados pela Segurança Social como estruturas de vida tão próximas quanto possível às da família e proporcionar o desenvolvimento global da criança e/ou jovem (Fernandes, Silva, 1996).

É preciso não esquecer que a vida no lar de infância e juventude nunca será a opção de vida mais adequada para a criança ou jovem. A inserção da criança ou jovem em ambiente familiar é a medida mais positiva, ao proporcionar, aos menores, um suporte familiar, que contribua para a sua estabilidade e desenvolvimento harmonioso.

Contudo, as parcerias entre as instituições e/ou entidades são uma estratégia positiva que contribui para um bom planeamento de intervenção social em que se articula a intervenção visando uma definição adequada do projecto de vida, que atenda às necessidades da criança e/ou jovem e se promova a medidas de desinstitucionalização. Por isso, Vallarelli (s/d) refere que o trabalho em parceria continua a ser hoje, um grande desafio: tão valorizado.

## **Bibliografia**

ALVES, Sandra Alves Nunes - **Filhos da Madrugada: Percursos adolescentes em Lares de Infância e Juventude**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa, 2007.

ALVES, Sandra; OLIVEIRA, Vasco - **Relatório de caracterização sumária das instituições de acolhimento familiar 2006**. Lisboa: Instituto de Segurança Social, 2007.

AMARO, Fausto – **Aspectos Sociológicos da Adopção em Portugal**. Lisboa: Gabinete de Estudos Jurídico-Sociais, Centro de Estudo Judiciários, 1992.

BASTO, Maria Emília Xavier - **A Criança na família biológica medidas e apoio limites e riscos da intervenção: Família: Quando e como a Adopção?** Comunicações e outra documentação do Congresso Europeu de Adopção em Viseu. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 1994.

CARMO, Hermano - Apontamentos da disciplina de Serviço Social de Comunidades e Desenvolvimento Comunitário, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Lisboa: Ano lectivo (2006/2007).

CARMO, Hermano e FERREIRA, Manuela M. - **Metodologia de Investigação: Guia de Auto-Aprendizagem**. Lisboa: Universidade Aberta, 1998.

CARVALHO, Palmira - Parceria(s): uma cultura a incentivar. **Boletim do IAC**. N.º 66 (2002).

CASTRO, José Luís. - **Rede Social: Desafios e experiências de um programa estruturante**, Instituto da Segurança Social, S/D.

COELHO, Francisco Pereira; OLIVEIRA, Guilherme - **Curso de Direito da Família: Volume I: Introdução. Direito Matrimonial**. 2ª Edição. Coimbra: Coimbra Editora, 2001.

DINIZ, João Seabra - A Adopção como problema e como resposta. **Cidade Solidária**. Semestral n.º 10, (2003), p 20-26.

ECO, Humberto – **Como se faz uma tese em Ciências Sociais**. Lisboa: Editora Presença, 2003.

FANGUEIRO, Cristina - **Gestão da Qualidade das Respostas Sociais: Lar de Infância e Juventude**. Lisboa: Instituto da Segurança Social, 2007.

FERNANDES, Maria Amélia; SILVA, Maria Graciete Palma da - **Lar para crianças e jovens: Condições de implantação, localização, instalação e funcionamento.** Lisboa: Direcção Geral da Acção Social, Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação, 1996.

FODDY, William, *Como Perguntar – Teoria e Prática da Construção de Perguntas em Entrevistas e Questionários.* Oeiras: Celta Editores, 2002.

GASPAR, Ana Micaela – **Crianças e jovens que vivem em Lar: Caracterização Sociográfica e Percursos de Vida.** Instituto para o Desenvolvimento Social, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, 2000.

GEDDES, Michael - Local Partnership: A Successful Strategy for Social Coesion? **Dublin, European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions**, 1998.

GUERRA, Isabel Carvalho - **Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Acção: O Planeamento em Ciências Sociais.** Cascais: Principia, 2002.

Instituto para o Desenvolvimento Social – **Programa Rede Social.** Instituto para o Desenvolvimento Social, 2001.

LARANJO, Clara - A habilidade dos parceiros no Recriar o Futuro. **Revista Pretextos.** Nº8. (2001) p.13.

MOREIRA, Carlos Diogo - **Planeamento e Estratégias de Investigação Social.** Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais, Universidade Técnica de Lisboa, 1994.

MORGADO, Maria Violete (Coord) – **Manual de Procedimentos da Adopção.** 2º Versão. Lisboa: Direcção-Geral da Segurança Social, 2004.

NEVES, Céu – Número de crianças adoptadas cresceu 76% num só ano. **Diário de Notícias.** (20 de Janeiro de 2010) p.13.

Organização Internacional do Trabalho - **A Luta contra a pobreza e a exclusão social em Portugal: Experiências do Programa Nacional de luta contra à pobreza.** Genebra: Organização Internacional do Trabalho, 2003.

PASTOR, Isabel - Formação para a Adopção vai começar em 2009. **Revista Pretextos.** Nº 35, (2009), p.17



QUIVY, Raymond - **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. 2º Edição. Lisboa: Gradiva, 1998.

RAMIÃO, Tomé D'Almeida - **A Adopção – Regime Jurídico Actual**, , Lisboa: Quid Júris, 2005.

ROÇADAS, Alexandra - Conversando com Joana Marques Vidal. **Cidade Solidária**. Semestral, n.º 10 (2003) p. 20-26.

ROÇADAS, Alexandra - Quebrar o ciclo da exclusão... também através da adopção. **Cidade Solidária**. Semestral, n.º 14 (2005), pp. 16-19.

RODRIGUES, Almiro, **Adopção: aspectos sócio-psicológicos e jurídicos; Adopção em Portugal**, Coleção Termos de Psicologia, Porto, 1989.

RODRIGUES, Fernanda, STOER, Stephen - **Entre Parceria e Partenariado: Amigos, Amigos, Negócios à Parte**, Oeiras: Celta Editora, 1998.

SÁ, Eduardo (Org.) – **Abandono e Adopção**, Coimbra, Edições Almedina, 2008.

SALVATERRA, Fernanda - A Adopção no melhor interesse da Criança. **Cidade Solidária**. Semestral, n.º 10 (2003), pp. 44-49;

SANTOS, Boaventura de Sousa (Director Científico) - **Uma Reforma da Justiça Civil em avaliação: A Adopção: os bloqueios de um processo administrativo e jurídico complexo**. Coimbra: Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, 2002.

SIMÕES, Helena - Novo Regime Jurídico da Adopção: A qualificação da Intervenção dos Serviços de Adopção. **Pretextos**. Nº 16, (2004) p. 8-9.

SOUSA, Liliana; HESPANA, Pedro; RODRIGUES, Sofia; GRILO, Patrícia - **Famílias Pobres: Desafios à Intervenção Social**, Lisboa: Climepsi Editores, 2007.

VASCONCELOS, Maria Leonor - **Adopção: uma resposta para a criança. Jornadas de Serviço Social**. Angra do Heroísmo: Direcção Regional de Segurança Social 1992.

## **Bibliografia da Internet**

<http://www.seg-social.pt>.

<http://www.scm.pt> Consultado a 7 de Janeiro de 2009

<http://www.cartasocial.pt/>

<http://www.scma.pt> Consultado a 1 de Março de 2010

ADULIS, Dalberto – Da colaboração à parceria. Consultado em 10 de Junho de 2009.

<http://www.rits.org.br>

BERTALANFFY, Ludwig Von – Teoria Geral do Sistema. Consultado a 10 de Março de 2010

<http://www.panarchy.org/vonbertalanffy/systems.1968.htm>

Comissão Europeia (a)- Parceiros Sociais como Beneficiários. Consultado a 5 de Outubro de 2009.

<http://www.ec.europa.eu/esf>

Comissão Europeia (b) – Coerência e Complementaridade com outros Instrumentos Financeiros Comunitários. Consultado em 5 de Outubro de 2009

<http://www.ec.europa.eu/esf>

Comissão Europeia (c) – The Social Partners and the European Social Fund. Consultado em 5 de Outubro de 2009

<http://www.ec.europa.eu/esf>

MONIZ, Idália - Intervenção da Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação no encontro “O acolhimento de crianças e jovens em instituição: perspectivas, desafios e paradigmas”, em Santa Maria da Feira (2008-03-27). Consultado em 9 de Janeiro de 2009

[http://www.portugal.gov.pt/portal/pt/governos/governos\\_constitucionais/gc17/ministerios/mtss/comunicacao/intervencoes/20080327\\_mtss\\_int\\_sear\\_institucionalizacao\\_crianças.htm](http://www.portugal.gov.pt/portal/pt/governos/governos_constitucionais/gc17/ministerios/mtss/comunicacao/intervencoes/20080327_mtss_int_sear_institucionalizacao_crianças.htm)

SILVA, José António Vieira da - **Sessão de Abertura: I Congresso Internacional de Adopção**, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa (19 de Novembro 2008). Consultado em 9 de Janeiro de 2009

[http://www.mtss.gov.pt/preview\\_documentos.asp?r=1568&m=PDF](http://www.mtss.gov.pt/preview_documentos.asp?r=1568&m=PDF)

VAIARELLI, L. Lamas – Parcerias: noções básicas. (s/d). Consultado em 10 de Junho de 2009.

<http://www.rits.org.br>

## **ANEXOS**

## ANEXO I

### Entrevista

A entrevista será aplicada às equipas técnicas dos Lares de Infância e Juventude que definem os projectos de vida dos menores acolhidos.

A entrevista é anónima, não contendo qualquer questão que identifique os Técnicos e a Instituição.

#### I

##### 1. Género

F. ☐ M. ☐

##### 2. Área de Formação:

2.1 – Psicologia ☐

2.2 - Serviço Social/Política Social ☐

2.3 - Educação Social ☐

2.4. - Outra? \_\_\_\_\_

##### 3. Qual a sua função na Instituição?

##### 4. Há quanto tempo exerce funções nesta Instituição?

##### 5. O Lar acolhe crianças e/ou jovens há quanto tempo?

##### 6. Qual a idade das crianças e/ou jovens que a Instituição acolhe?

##### 7. Considera que os Lares de Crianças e Jovens são uma medida positiva?

##### 7.1. De que forma?

#### II

##### 8. Como descreve o processo de adopção em Portugal?

9. Como avalia o processo de adopção?

10. Considera que a Lei da adopção está adequada às necessidades destas crianças e às necessidades das famílias que pretendem adoptar? Porque?

11. A partir da sua experiência, indique uma alternativa ao processo de adopção?

12. Considera que a medida criada pelo Governo as “Listas Nacionais para a Adopção” das crianças e/ou jovens e dos candidatos a adoptantes, possibilitam uma agilização no processo de adopção. A que nível?

### III

13. O Lar já desenvolveu projectos de vida com vista a adopção de um menor?  
(Se não, passe para a questão 15).

14. Como considera a relação entre as diferentes Instituições que cooperam na definição de um projecto de vida que passa pela adopção de crianças e/ou jovens?

14.1. Será que essa relação poderá ser considerada uma relação de parceria?

15. No caso de se estabelecer uma relação de parceria, como avalia esta relação?

16. Considera que as parcerias poderão ser uma dinâmica de funcionamento no processo de adopção? Porque?

17. Estas relações de parceria poderão contribuir para uma alteração na definição do projecto de vida da criança e/ou jovem?

Obrigado.

## ANEXO II

**Análise de resultados das entrevistas aplicadas às equipas técnicas dos lares de infância e juventude do concelho de Lisboa.**

**Tratamento estatístico em Microsoft Office Excel 2003.**

### 1. Género

Sexo dos entrevistados	Nº dos entrevistados	% dos entrevistados
Feminino	19	86
Masculino	3	14
Total	22	100

### 2. Área de Formação

Área de Formação	Nº dos entrevistados	% dos entrevistados
Psicologia	6	29%
Serviço Social/Política Social	7	32%
Educação Social	5	24%
Sociologia	1	5%
Direito	1	5%
Animação Sociocultural	1	5%
Total	21	100%

### 3. Qual a sua função na Instituição?

**Quadro 5 – Função do Técnico no Lar**

Função do Técnico	Nº dos entrevistados	% dos entrevistados
Directora Técnica	4	19%
Coordenadora	1	5%
Assistente Social	5	24%
Psicólogo	5	24%
Educador Social	6	28%
Total	21	100%

### 4. Há quanto tempo exerce funções nesta Instituição?

Nº de Anos	Nº dos entrevistados	Nº dos entrevistados
1 Ano	9	43
2 Anos	4	19
3 Anos	3	14
4 Anos	1	5
5 Anos	1	5
Mais de 5 Anos	3	14
Total	21	100

**5. O Lar acolhe crianças e/ou jovens há quanto tempo?**

Anos	Nº de Lares inquiridos	% dos Lares
Menos de 10 Anos	1	11
10 a 20 anos	3	33
20 a 50 anos	1	11
Mais de 50 anos	4	45
Total	6	100

**6. Qual a idade das crianças e/ou jovens que a Instituição acolhe?**

Idade dos menores acolhidos	Nº de lares	% dos lares
Dos 6 aos 18 anos	3	33,3
Dos 6 anos aos 21 anos	5	56
Dos 6 anos aos mais de 21 anos	1	11
Total	9	100



## 7. Considera que os Lares de Crianças e Jovens são uma medida positiva?

Lar como medida positiva	Nº dos entrevistados	% dos entrevistados
Sim	19	90
Não	2	10
Total	21	100

### 7.1. De que forma?

Entrevistado 1 – Sim. Tem que ser uma crida, não poderá ser visto como fim último (...) como fim de linha.

Entrevistados 2 – Sim, o acolhimento institucional é a melhor resposta quando não há outra alternativa de suporte para a criança, mas um acolhimento como o nosso de 8 a 12 crianças. Este é o nosso modelo de acolhimento, cada casa acolhe entre 8 a 12 crianças.

Entrevistado 3 - Sim. Os lares são uma perspectiva de continuidade e segurança para aquela criança. É importante, privilegiar modelos como os nossos lares pequenos, que acolhem 8 a 12 crianças, para que funcionam como uma família

Entrevistado 4 – Sim de certo modo. Esta é uma alternativa a sua família que é disfuncional. Como costumamos dizer, viver ou crescer numa instituição é crescer no vazio, por mais que se queira dar a estas crianças, faltam sempre os afectos, uma família só sua.

Entrevistados 5 – Sim, embora tenham que ser vistos como uma medida a curto/médio prazo. Os lares podem dar competências e oportunidades às miúdas.

Entrevistado 6 – Sim, como alternativa (...) O lar deve ser uma medida em fim de linha, dentro daquilo que a criança vivencia e como forma de protecção.

Entrevistado 7 – Sim. Os lares devem ser a última medida, depois de todas as possibilidades que dão as famílias para se reorganizar. Devem primeiro fazer uma reintegração na família ou outras pessoas que poderão também ser um suporte para aquela criança.

Entrevistado 8 – Sim. O conceito de lar como está ele está pensado, ou seja, um sistema de protecção da criança no caso de ausência a alternativas em meio familiar. Em Portugal ainda estamos muito longe do ideal ao nível dos recursos humanos, o Plano DOM veio trazer mais recursos, mas ainda não chega.

Entrevistado 9 – Sim (...) Os lares são positivos quando são utilizados como último recurso (...) para proteger às crianças que estão em situação de perigo e que não têm outra alternativa ao seio familiar e na comunidade.

Entrevistado 10 – Os lares são uma solução quando não há resposta (...) assim podem ser considerados como uma medida positiva (...) é necessários proporcionar alternativas para aquela criança.

Entrevistado 11 – Sim (...) quando se protege a criança (...) mas é preciso que primeiro se esgote todas as alternativas que são mas preferíveis para aquela criança (...) só em último recurso é que o lar poderá ser a alternativa.

Entrevistado 12 – Não. Os lares devem existir para casos de crianças órfãs.

Acho que é preciso responsabilizar os pais destas crianças (...) a lei de protecção deveria ir neste sentido.

Entrevistado 13 – Sim (...) como uma alternativa para que a sua família se estruture novamente

Entrevistado 14 – Sim (...) na forma de darem uma oportunidade a estas crianças de terem um ambiente familiar que estas não têm.

Entrevistado 15 – Não. O ambiente de um Lar nunca é próximo a um ambiente familiar e não responde as necessidades das crianças... nunca poderá ser um ambiente familiar.

Ao nível humano tem de ser repensado as políticas dos lares.

Entrevistado 16 – Sim, são uma medida positiva no sentido em que dão a única resposta possível após os acolhimentos temporários, assim como dar respostas mais prolongadas às crianças e jovens com medidas mais longas.

O que se tem constatado é que as medidas mais longas de acolhimento institucional têm revelado uma descrença e aplicação das várias partes intervenientes no processo para que este se resolva o mais rapidamente possível. Creio que com a capacitação das equipas técnicas com o plano DOM, permite que se entreguem relatórios com maior periodicidade (...) Nós aderimos ao Plano DOM o que nos possibilitou contratamos mais técnicos.

Entrevistado 17 - São pelo menos uma solução para dar resposta a situações que não encontram enquadramento em outras valências de acolhimento.

Permitindo dar respostas mais prolongadas às crianças e jovens neles inseridos.

Estas crianças e jovens tem percursos muito sinuosos na grande maioria das vezes em que apenas nesta resposta social encontram uma resposta, é pena o grande prolongamento que muitas vezes acontece nestas institucionalizações, se visto como se calhar um factor negativo. Acredito que muitos dos problemas que afectam a negativamente dos lares de crianças e jovens se prendem com a incapacidade que as equipas técnicas enfrentam em definir e articular os projectos de vida das crianças em tempo útil, porque as crianças também tem um tempo para serem crianças não podem esperar por relatórios e mais relatórios, avaliações e monitorizações que as equipas muitas vezes deixam na gaveta à espera de tempo...

O Plano Dom veio trazer mais recursos humanos às instituições, que espero que mude alguns pressupostos na intervenção e na resposta mais eficaz e pronta às definições de projectos de vida.

Entrevistado 18 - Dentro das possibilidades que estas crianças têm... estas crianças vivem em famílias desestruturadas... é melhor viverem connosco. Os lares são uma alternativa ao abandono que estas crianças têm e sentem por parte dos seus pais.

Entrevistado 19 - Sim... na medida em que não existe mais nenhuma alternativa.

Estes miúdos precisam de estar protegidos dos maus-tratos físicos e psicológicos que sofrem por parte dos pais. Tenta-se que seja o mais parecido com uma casa... mas não substitui a família.

Entrevistado 20 - Sim, estes têm de existir. Visto que temos de proteger as crianças... é uma retirada, uma alternativa aquela criança que não tem mais nenhuma. Mas o ambiente familiar é sempre melhor

Entrevistado 21 – Sim, mas apenas como uma alternativa (...) o ideal é que os miúdos permaneçam em seio familiar, sempre! ”

## 8. Como descreve o processo de adopção?

Entrevistado 1 – Moroso, mas com sentido. Tem implicações para os adoptantes e para o adoptado. É preciso que se tenha a consciência do que é necessário para se passar pelo o processo de adopção, ou seja, as exigências impostas, há pessoas que desistem por isso

Entrevistado 2 –. Estas medidas são necessárias para se verificar se os casais, pretendem mesmo adoptar é difícil escolher pais, por isso o processo tem que ser burocrático.

Entrevistado 3 – É burocrático. Algumas medidas que são necessárias, no caso dos pais que pretendem adoptar.

Entrevistado 4 – Moroso, nem sempre é gerido da melhor forma.

Entrevistado 5 – Moroso, burocrático (...) Deverá haver uma maior avaliação do processo de adopção

Entrevistado 6 – Moroso. Leva-se muito tempo até que seja decretada a adopção. Quanto mais velhas são as miúdas, mais tempo demora e mais prejudica.

Entrevistado 7 – Complicado e bastante falível (...) moroso.

Nós vemos aqui no lar quando uma criança é inserida numa famílias e acaba por sair, as outras ficam devastadas

Entrevistado 8 – É um processo moroso e burocrático (...) também é pouco investido por parte dos técnicos.

Entrevistado 9 – Moroso, não vai ao encontro da realidade

Entrevistado 10 – Moroso (...) é muito demorado.

Entrevistado 11 – Complexo.

Entrevistado 12 – Burocrático (...) pouco funcional

Entrevistado 13 – Moroso, muito longo

Entrevistado 14 – Burocrático.

Entrevistado 15 - Moroso. Parece ser imposto as crianças ... temos ainda um longo caminho a percorrer.

Entrevistado 16 – Bastante burocrático, que o torna moroso.

Entrevistado 17 - Um processo complexo

Entrevistado 18 – Moroso (...) um processo complicado, porque as crianças ficam muito tempo institucionalizadas

Entrevistado 19 - Muito longo... moroso.

Entrevistado 20 – Moroso, mas é importante o tempo de espera, para o crescimento da ideia daquela família em adoptar uma criança

Entrevistado 21 -.Muito complexo.

Avaliação dos entrevistados ao processo de adopção	Nº	%
Moroso	13	63
Complexo	3	14
Burocrático	5	23
Total	21	100

## 9. Como avalia o processo de adopção?

Entrevistado 1 – Para os adoptantes é intromissa, mas é necessário porque há erros técnicos. Para os adoptados é pouco eficiente, não há um sistema que promova as crianças que estão fora do padrão, como as crianças que têm necessidades especiais

Entrevistado 2 – Eu acho que o processo da adopção deveria funcionar ao contrário, primeiro conhecer a criança ou jovem e só depois estabelecer-se uma relação de adopção, isto no caso das crianças mais velhas”.

Entrevistado 3 – É um processo muito estruturado, onde se perde o tempo útil da criança (...) o interesse do adoptante está primeiro, do que o interesse da criança (...) visasse mais os direitos dos adoptante, do que os direitos da criança.”

Entrevistado 4 - Não há um grande investimento por parte dos técnicos

Entrevistado 5 – Demasiadamente moroso e estruturado no tipo de critérios que acabam por fazer sentido. Mas, perde-se o tempo útil da criança.

Entrevistado 6 – Uma avaliação muito exaustiva, o tempo de espera para os pais é o ideal. Quanto a adopção de crianças é só até aos 7 anos, não se faz adopções para miúdos mais velhos.

Entrevistado 7 – Tem muitas falhas (...) até se decretar uma adopção é muito tempo. Deveria haver mais equipas especializadas que acompanhassem os processos de adopção.

Entrevistado 8 – A adopção é um conceito com pouca credibilidade, relativamente ao tempo que a criança dispõe para que se defina o projecto de vida com vista a uma adopção (...) A adopção é vista como o último recurso e o tempo para a definição do projecto de vida daquela criança está a passar, acabando por ficar institucionalizada aqui no lar. A adopção é um processo em desenvolvimento (...) uma medida pensada a muito tempo e hoje os pais são diferentes.

Entrevistado 9 – O processo tem falhas e está desfasada da realidade (...) os casais não estão devidamente informados e acompanhados durante o processo (...) era importante termos mais equipas que fizessem mais processo de adopção.

Entrevistado 10 – É visto como o último recurso, não vem a tempo para aquela criança e esta acaba por ficar institucionalizada.

Entrevistado 11 – É um processo mal trabalhado (...) a integração é feita de uma forma muito brusca e as devoluções de crianças (...) é pavoroso isto acontecer durante o período de pré-adopção nem sequer deveria existir essa possibilidade.

Entrevistado 12 – É um processo pouco funcional em que se visa mais os direitos dos casais do que o das crianças. Tem que se fazer uma avaliação diferente para que houvesse mais agilização do processo de adopção (...) mas também não sei muito bem como.

Entrevistado 13 – É um processo muito longo (...) as famílias que se candidatam deveriam ter um convívio maior, ou seja, grupos de ajuda onde partilham as suas angustias, medos, expectativas (...) Há falta de técnicos, para que se acelere os processos de adopção.

Entrevistado 14 – Ao nível das crianças a grandes entraves é preciso procedermos a medidas que impliquem uma maior protecção da criança. (...) Também, deveria de haver de medidas de adopção diferentes para crianças e para jovens.

Entrevistado 15 - Deveria ser ao contrário... 1º conhecer-se a criança e depois interponha-se a medida de adopção, assim parecia um processo mais natural, como está formulado, parece um processo imposto às crianças, no caso destas crianças com mais de 6 anos. O interesse do casal é que está em 1º Lugar e estes também não são bem preparados. Se alguns casais vissem aqui e conhecessem as nossas meninas de 10 e 11 anos de certeza que as adoptavam, não existem casais para estas valências. Também não se pode esquecer da história de vida daquela criança e a sua família.

Entrevistado 16 - Como um processo não tão moroso como se afirma ser. Com processos definidos legalmente, onde todos os intervenientes procuram actuar de acordo com o superior interesse do menor a adoptar, assim como a salvaguarda do casal/pessoa adoptante.

Como técnica interveniente num processo dessa natureza, posso testemunhar que existem timings para cada uma das acções a desenvolver. Desde a avaliação do casal, até ao primeiro contacto com a criança, a aproximação ao casal por exemplo não pode ser muito rápida, mas também tudo depende de muitas circunstancias....pois se a criança é de tenra idade (0-3 anos) a aproximação ao casal e a adaptação não será muito difícil, mas quando se fala em adopções em crianças com cerca de 9/12 anos tudo muda, a abordagem a ser feita é diferente e muito cuidada, mas também desde que estou envolvida em processos de adopção apenas tenho experiencia em casos até cerca dos 8/9 anos de idade, temos um menino com 12 anos com medida do tribunal já decretada para adopção internacional pois não há casal/adoptante em Portugal com as características do menino, pois para alem de ter essa idade tem um diagnostico de autismo muito grave que faz com que o processo seja um pouco mais complexo.

Entrevistado 17 - Também avalio com complexidade, mas avalio positivamente, mas com alguma complexidade e delicadeza, estamos a mexer em vidas e projectos de vida para o futuro, com valores e crenças que vem de vivencias e experiencias passadas que poderão interferir no ditar de aproximações mais ou menos rápidas, e mais ou menos eficazes.

Entrevistado 18 - A documentação é imensa (...)é um processo muito moroso (...) um processo complicado, as crianças ficam muito tempo institucionalizadas, a espera que seja decretada a adopção.

As pessoas não são muito bem seleccionadas, desistem no período da pré-adopção (...) No caso da pré-adopção, quando existem miúdos que já convivem com as famílias e por algum motivo são devolvidos durante este período é, frustrante. Eles estão a perder novamente (...) o regresso dos miúdos não deveria ser previsto durante esse processo.

Entrevistado 19 – A adopção é complicada, quando os miúdos são mais velhos ou tem problemas físicos ou outras características, que por vezes criam expectativas que saem falhadas. (...) Para os adoptados é pouco eficiente, não há um sistema que promovam as crianças que estão fora do padrão, ou seja, as crianças com necessidades especiais. (...) Quando estabelecem laços com alguém, ou seja, no caso das pré-adopções quando existem miúdos que já convivem com as famílias e são devolvidos durante este período (...) é frustrante, porque estão a perder novamente.

Entrevistado 20 - Deverá haver uma maior avaliação do processo de adopção, como o regresso da criança não deveria ser previsto é preciso que as famílias façam uma preparação, para receber crianças mais velhas.

Entrevistado 21 - Não respeitamos o projecto de vida da criança, ninguém lhes pergunta se querem ser adoptadas. Quando já são crescidas e têm vínculos com as instituições é mais complicado, eu acredito que haveriam muitas crianças a dizer que não a adopção. É preciso pensar nisto.



**10. Considera que a Lei da adopção está adequada às necessidades destas crianças e às necessidades das famílias que pretendem adoptar?**

Conhecimento da Lei da adopção	Nº dos entrevistados	% dos entrevistados
Sim	6	29
Não	11	52
Não conhece	4	19
Total	21	100

**10. Porque?**

Entrevistado 1 - Não conheço bem. Parece-me que seja o correcto, mas haverá melhoras a fazer de certeza

Entrevistado 2 – A alteração das idades e dos tempos para as crianças e para os pais, estás mais flexível e é preciso que as equipas trabalhem nos processos. Quanto o tempo de espera das crianças deveria ser menor (...) quanto aos futuros pais é ideal. Acho que a lei está bem estruturada

Entrevistado 3 – Sim, está mais flexível, no que toca a idade dos adoptantes

Entrevistado 4 – Sim (...) Este processo burocrático é necessário para os candidatos a pais adoptantes, funciona como uma triagem. Quem realmente quer adoptar, submete-se a este processo. Mas eu acho que o processo também, devia ser célere, devia de haver um reajuste as leis (...) a idealização que temos das crianças e jovem para adopção é diferente de a uns anos atrás, este é um problema cultural.

Entrevistado 5 – Não conhece

Entrevistado 6 – Não conhece

Entrevistado 7 – Não. Existem muitas crianças que ficam para adoptar. A selecção das famílias estão melhores, como a monoparentalidade e a idade, mas ainda há muito a fazer.

Entrevistado 8 – Sim, a lei está bem formulada, nem todas as pessoas poderão adoptar estas crianças é uma grande responsabilidade. Há pouca sensibilidade das equipas para a lei da adopção, o que leva a um desconhecimento, também, os adoptantes não têm conhecimento da lei.

Entrevistado 9 – Não (...) a faixa etária das crianças para adopção e também na preparação dos casais. Não vai ao encontro da realidade portuguesa.

Entrevistados 10 – Não (...) as crianças cortam os laços com as suas famílias biológicas e ficam abandonadas e entregues a si próprias.

Entrevistado 11 – Não (...) Não há técnicos especializados na área das famílias e crianças é preciso especializar estas áreas para que o processo seja mais viável.

Entrevistado 12 – Não (...) A lei está mais adequada às famílias do que as crianças, não se visa o superior interesse da criança, como tanto falam e o período de pré-adopção não deveria ser possível, nos termos em que está legislado (...) estas crianças estão a perder novamente.

Entrevistado 13 – Não conhece

Entrevistadas 14 – Não (...) as condições estipuladas na lei estão desadequadas à realidade.

Entrevistado 15 - Não, o interesse da criança não é respeitado.

Deverá haver um maior investimento na preparação do casal é preciso um trabalho conjunto.

Adoptar é um acto de valentia

Entrevistado 16 – Não. Isto surge numa opinião um pouco mais pessoal do que profissional, mas julgo que a lei deveria ainda ser mais rigorosa do que é no momento. Existem ainda lacunas onde as famílias podem socorrer-se para reverter processos de adopção quase concluídos.... Quem quer adoptar deveria fazê-lo por opção e projecto de vida, e não como selecção de espécies procurando ocultar perante a sociedade a origem da criança. Que infelizmente ainda ocorre muito nos casais adoptantes, apenas adoptam numa situação egoísta, não por procurar como projecto e vida dar o melhor a uma criança/jovens um crescimento em meio natural com a criação de uma identidade e de um futuro melhor.

Mas em relação á lei considero que deveria já conter a questão do apadrinhamento civil que ainda não contempla e que já deveria estar prevista, isto para tapar a lacuna dos jovens que tem mais de 12 anos e que muito já não encontram lugar no coração de casais/adoptantes.

Entrevistado 17 - Penso que a lei em vigor é suficiente e adequada às necessidades de cada

uma das partes. Pode ter algumas lacunas, mas o que não tem no nosso país lacunas!?

Entrevistado 18 - Sim... a lei está adequada as necessidades dos adoptantes e dos adoptados... mas na realidade não está a ser cumprida, porque é um processo complexo.

Entrevistado 19 - De uma maneira geral está... Sim. Apenas considero que o tempo de espera das crianças e famílias é imenso.

Entrevistado 20 Não. A lei deveria prever ao início um acompanhamento psicoterapêutico ao início da adopção para a criança e para a família, para que estes percebessem esta mudança.

Referente a fratias devia ser legislado que os irmãos deveriam manter contacto.

E o superior interesse da criança deveria prevalecer sempre!

Entrevistado 21 Não. A lei tem de ser revista...temos um regime muito burocrático a nível europeu e mundial é diferente, mais flexível. Mas também não está tudo mal.

**11. A partir da sua experiência, indique uma alternativa ao processo de adoção?**

Entrevistado 1 – O apadrinhamento civil, parece ser uma opção bastante viável.

Entrevistado 2 – A tutela, o apadrinhamento civil e as famílias amigas. As crianças criam laços é a sua família.

Entrevistado 3 – O apadrinhamento civil, a tutela e as famílias amigas, permitem que estas crianças tenham uma família. Nós aqui tivemos um caso em que a família amiga, acabou por adoptar a criança.

Entrevistados 4 – As famílias de acolhimento são uma possibilidade. A pessoa não sente tanta responsabilidade, tudo o que não implica um contrato é mais formal. É preciso que o Estado invista nestas famílias, criando medidas de incentivo.

Entrevistado 5 – As famílias de acolhimento. Esta é uma das poucas oportunidades que as crianças poderão ter uma família, nem que seja temporariamente.

Entrevistado 6 - As famílias de acolhimento, a confiança à pessoa idónea

Entrevistado 7 – As famílias de acolhimento, mas é preciso haver um maior investimento por parte do Estado, um acompanhamento e trabalho. As famílias de acolhimento precisam de apoio para lidar com esta situação.

Entrevistado 8 – As famílias de acolhimento e as famílias amigas, mas é preciso que tenham apoio e acompanhamento, para que consigam gerir os diferentes conflitos.

A família alargada também poderá ser uma possibilidade, ou seja, a rede de convivência da criança (...) nós aqui privilegiamos uma intervenção num modelo sistémico

Entrevistado 9 - As famílias de acolhimento, poderão ser uma alternativa mas não são uma saída (...) é preciso repensar e promover—se mais a adoção restrita.

Entrevistado 10 – As famílias amigas, as transferências de tutela e as famílias de acolhimento. Estas permitem a reprodução do meio familiar e a aproximação ao ambiente familiar.

Entrevistado 11 – Criação de instituições com o número reduzido de crianças, para que tenham um ambiente familiar, quer dizer o mais possível familiar (...) os lares familiares.

Entrevistado 12 – As famílias amigas são uma boa alternativa, dentro do que estas crianças poderão ter.

Entrevistado 13 – As famílias de acolhimento e as famílias amigas (...) são alternativas para a vida destes miúdos (...) vêm aquela família como a sua.

Entrevistado 14 - As famílias de acolhimento e as famílias amigas (...) as crianças vêm esta família como a sua, tem um suporte e criam autonomia dos lares em que vivem.

Entrevistado 15 – As famílias amigas, os lares familiares com 10 a 12 crianças e também, as famílias de acolhimento são uma solução mas não como está legislado.

Entrevistado 16 - O apadrinhamento civil era uma boa opção. Como ainda não está implementado, não sei se será uma situação com sucesso mas penso que sim, pois é necessário responder a casos que não encontram também solução na lei de adoção

Entrevistado 17 - O apadrinhamento civil é uma boa opção.

Entrevistado 18 - Os processos de tutela, podem ser uma alternativa...porque podem ser feitos em qualquer idade... também é uma vantagem para os mais crescidos. É uma forma das famílias não terem tanta responsabilidade e o processo não é tão burocrático... esta é uma forma de se dar uma família a criança. O apadrinhamento civil também será uma alternativa, mas ainda está muito no ar.

Entrevistado 19 - Os processos de tutela e as famílias de acolhimento. Estas medidas poderão e são uma alternativa para a vida destes miúdos e uma forma de não estarem institucionalizados.

Entrevistado 20 - O apadrinhamento civil, os processos de tutela, também as famílias amigas (...) não tão burocráticos como o processo de adoção (...) é uma vantagem para o mais crescidos e uma forma de se dar uma família a estas crianças ou jovens.

Entrevistado 21 - O apadrinhamento civil, os processos de tutela e as famílias amigas são processos mais leves e salvaguardam o interesse da criança.

**12. Considera que a medida criada pelo Governo as “Listas Nacionais para a Adopção” das crianças e/ou jovens e dos candidatos a adoptantes, possibilitam uma agilização no processo de adopção.**

Conhecimento das Listas Nacionais para Adopção	Nº dos entrevistados	% dos entrevistados
Sim	13	62
Não	4	19
Não conhece	4	19
Total	21	100

#### **A que nível?**

Entrevistado 1 - Sim. Esta também, poderá ser uma medida de protecção (...) por exemplo (...) no caso de uma medida de afastamento da família, ou seja, um afastamento coercivo.

Entrevistado 2 – Sim. Há dados sobre os candidatos e sobre as crianças.

Entrevistado 3 – Sim, permite que haja uma circulação de informação.

Entrevistado 4 – Sim, uma forma de descentralizar a informação.

Entrevistado 5 – Sim, poderá agilizar e facilitar no desenrolar do processo.

Entrevistado 6 – Não.

Entrevistado 7 - Sim, se funcionar como uma base de dados onde estão todas as pessoas e crianças (...) acelera o processo.

Entrevistado 8 – Não conhece a medida.

Entrevistado 9 - Sim ajuda, mas eu acho que não contribuí nada.

Entrevistado 10 – Não conhece a medida.

Entrevistado 11 - Não conhece a medida.

Entrevistado 12 – Sim, como forma de agilização do processo.

Entrevistado 13 - Não conhece a medida.

Entrevistado 14 – Sim, possibilita a agilizar o processo.

Entrevistado 15 - Sim, facilitam essa agilização( ...) concordo em absoluto a nível nacional e internacional.

Entrevistado 16 – Não. Penso que não, como já referi, a maioria dos casais inscritos, inscrevem-se por egoísmo, e também é de referir que muitos acabam por desistir das inscrições. As crianças são sempre em número reduzido em relação aos candidatos por isso mesmo penso que as tarefas de selecção de crianças não era difícil até agora, acredito que apenas esta medida ira agilizar a selecção em relação aos candidatos.

Entrevistados 17 – Não, podem facilitar, mas não acredito que venham resolver os problemas dos casais e os problemas das crianças não se resolvem com estas listas de certo.

Entrevistado 18 - Sim é uma forma da informação estar mais centralizada.

Entrevistado 19 - Não, acho que não irá trazer nada de novo.

Entrevistado 20 – Sim, possibilita (...) mas mais uma vez estamos a caracterizar pais e crianças, segundo um padrão que não sabemos muito bem o que é.

Entrevistado 21 – Sim. Deveríamos apostar numa adopção internacional

**13. A vossa instituição já concretizou alguma medida de adopção? (No caso de resposta negativa passar para a questão 15.)**

Casos de adopção concretizados	Nº técnicos	% dos técnicos
Nenhum caso de adopção	7	33
1 Caso de adopção	10	47
2 Caso de adopção	2	10
3 Caso de adopção	2	10
Total	21	100

**13.1. Como considera a relação entre as diferentes Instituições que cooperam na definição de um projecto de vida que passa pela adopção de crianças e/ou jovens?**

Entrevistado 1 - Pouco produtiva... Há muitos juízos de valor, os processos não estão bem fundamentados. A meu ver também, as CPCJ's deveriam alterar o seu funcionamento, pois funcionam mal e a tempo parcial.

Entrevistado 2 – Positiva. No nosso caso foi boa, fácil e rápida.

Entrevistado 3 – É uma relação de confiança entre as entidades, agilizam-se todos os serviços com vista o mesmo fim.

Entrevistado 4 – Positiva, muito embora não tenhamos sentido um grande apoio e quando tínhamos dúvidas era apenas um apoio pontual.

Entrevistado 5 – Estivemos sempre em articulação com as diferentes equipas, foi uma relação muito positiva.

Entrevistado 6 – Muito positiva. A relação que estabelecemos com as diferentes equipas foi benéfica para o processo



Entrevistado 7 – Sim (...) mas não foi fácil houve uma morosidade no processo (...) mas a cooperação entre as instituições é essencial. A resposta do tribunal é que demorou muito tempo.

Entrevistado 8 - Boa relação entre as diferentes equipas.

Entrevistado 9 – Não responde, porque não concretizou nenhum processo de adopção

Entrevistado 10 - Não responde, porque não concretizou nenhum processo de adopção

Entrevistado 11 - Não responde, porque não concretizou nenhum processo de adopção

Entrevistado 12 – Não responde, porque não concretizou nenhum processo de adopção

Entrevistado 13 - Não responde, porque não concretizou nenhum processo de adopção

Entrevistado 14 - Não responde, porque não concretizou nenhum processo de adopção

Entrevistado 15 - Não responde, porque não concretizou nenhum processo de adopção

Entrevistado 16 - Na minha experiencia tem sido uma relação positiva e de verdadeira cooperação.

Entrevistado 17 - Depende das instituições, nem sempre as relações são as melhores (...) a cooperação entre as instituições não é linear, mas no geral tem sido uma boa relação.

Entrevistado 18 - Trabalhamos com diferentes instituições na criação do projecto de vida da criança ... é uma relação bastante positiva e importante... fundamental para que se crie um projecto de vida adequado à realidade da criança

Entrevistado 19 - É uma relação benéfica, o trabalho em parceria, muito positivo.

Entrevistado 20 - Sim, cooperam é uma relação multidisciplinar, uma parceria muito directa

Entrevistado 21 - É uma relação complicada ...uns trabalham com as crianças e outros definem projectos, no caso das equipas em Tribunal.

### **13.2. Será que essa relação poderá ser considerada uma relação de parceria?**

Entrevistado 1 - Na teoria existe, mas na prática não. Perde-se o importante, por isso é necessário delimitar bem, o trabalho das diferentes instituições.”

Entrevistado 2 – Sim, o nosso trabalho em parceria tem funcionado muito bem.

Entrevistado 3 – Sim. Tem sido muito positivo trabalhamos com estas equipas.

Entrevistado 4 – Sim, apesar de algumas fragilidades que sentimos.

Entrevistado 5 – Sim

Entrevistado 6 – Sim

Entrevistado 7 – Sim, sem dúvida.

Entrevistado 8 – Sim

Entrevistado 9 – Não responde, porque não concretizou nenhum processo de adopção

Entrevistado 10 - Não responde, porque não concretizou nenhum processo de adopção

Entrevistado 11 - Não responde, porque não concretizou nenhum processo de adopção

Entrevistado 13 - Não responde, porque não concretizou nenhum processo de adopção

Entrevistado 14 - Não responde, porque não concretizou nenhum processo de adopção

Entrevistado 15 - Não responde, porque não concretizou nenhum processo de adopção

Entrevistado 16 - Penso que sim, visto trabalharmos todos para o mesmo fim atingir.

Entrevistado 17 – Sim (...) Apesar de como já referi existem casos em que existe uma parceria e existem outros casos de uma clara inexistência de parceria na relação que se estabelece entre os técnicos da minha equipa com técnicos de outras equipas intervenientes nos casos dos nossos jovens/crianças.

Entrevistado 18 - Sim... sem dúvida... trabalhar com outras instituições permite um trabalho em rede.

Entrevistado 19 - Sim. Esta relação é um complemento ao nosso trabalho, trabalharmos com outras equipas. A multidisciplinaridade (...) o diferente trabalho entre as equipas, permite uma articulação de informação.

Entrevistado 20 – Sim. A experiência tem sido positiva... a partilha de opinião

Entrevistado 21 – Sim é bastante positiva a experiência.

#### **14. No caso de se estabelecer uma relação de parceria, como avalia esta relação?**

Entrevistado 1 - Má No caso das CPCJ's quando não se está de acordo, o caso vai para Tribunal, o que acaba por ser muito mais positivo.

Entrevistado 2 – Sim (...) tem sido muito boa (...) é uma relação participada entre todos.

Entrevistado 3 – Esta relação de parceria na maioria dos casos que tivemos correu muito bem.

Entrevistado 4 – Tem sido positiva. Hoje em dia há trabalho multidisciplinar, possibilita que haja mais técnicos no processo.

Entrevistado 5 – Potenciou-se esta relação. Esta relação foi muito positiva e colaborante entre ambas as partes (...) Tivemos sempre em articulação com as diferentes equipas, foi uma relação muito positiva.

Entrevistado 6 – Esta relação permitiu uma articulação entre os serviços, o que contribui para que o processo corra muito bem.

Entrevistado 7 – Esta relação foi muito boa. A equipa visou sempre o interesse da criança (...) com vista a uma maior eficácia no processo de adopção.

Entrevistado 8 – É positiva (...) mas há sempre dificuldades no encontro entre as equipas, porque há poucos recursos humanos, precisamos de mais técnicos para trabalhar nestes processos. A divergência de opinião entre as equipas é necessária para chegarmos a um consenso, aprendemos muito em equipa.

Entrevistado 9 – Não responde, porque não concretizou nenhum processo de adopção

Entrevistado 10 - Não responde, porque não concretizou nenhum processo de adopção

Entrevistado 11 - Não responde, porque não concretizou nenhum processo de adopção

Entrevistado 12 – Não responde, porque não concretizou nenhum processo de adopção

Entrevistado 13 - Não responde, porque não concretizou nenhum processo de adopção

Entrevistado 14 - Não responde, porque não concretizou nenhum processo de adopção

Entrevistado 15 - Não responde, porque não concretizou nenhum processo de adopção

Entrevistado 16 - Bastante positiva e de visível sucesso, pois em todos os processos de adopção que aqui a instituição se viu envolvida todos correram dentro dos tempos estipulados e todos terminaram num grande sucesso.

Entrevistado 17 - Depende da equipa com que estamos a trabalhar, tenho experiencias absolutamente negativas em que de forma alguma chegamos sequer a um consenso acerca do projecto de vida para aquela criança, e quando entram as equipas em choque é muito complicado de se trabalhar em equipa (....) No entanto quando todos temos os mesmos objectivos e os aceitamos, assim como as mesmas estratégias para os atingir, óptimo.... Trabalhamos em parceria e o fim ultimo a atingir – processo de adopção/definição de projecto de vida de outra natureza - é conseguido.

Entrevistado 18 - Positiva... a troca de informações entre as Instituições que desenvolvem o mesmo trabalho é fundamental para que se aja com maior eficiência.

Entrevistado 19 - Muito positiva e eficaz.

Entrevistado 20 – Não (...) é uma relação complicada, não estamos no mesmo patamar relativamente aos tribunais, os nossos timings não são iguais. Mas no geral é positiva, constante e grande.

Entrevistado 21 – Sim é uma excelente relação (...) a troca de informações entre as instituições que desenvolvem o mesmo trabalho é fundamental para que se aja com maior eficiência, uma relação de complemento entre as equipas que permite uma articulação de informação e que complementa o nosso trabalho.

**15. Considera que as parcerias poderão ser uma dinâmica de funcionamento no processo de adopção? Porque?**

Entrevistado 1 – Não é muito complexo... a adopção é um processo muito complexo, tem de ser decidido apenas em âmbito judicial e apenas não ao nível social (...) é preciso que os técnicos tenham uma formação mais específica nestas áreas.

Entrevistado 2 – Sim! Este relacionamento entre as equipas possibilita uma melhor articulação na resolução do processo.

Entrevistados 3 – Sim, devem ser. Para que as coisas funcionem bem e visem o superior interesse das crianças.

Entrevistado 4 – Sim, ajudam a intervir e dar apoio a vários níveis as crianças. Também, a intervenção em conjunto com as equipas da área da adopção são importantes para o processo, fazemos um todo.

Entrevistado 5 – Sim. A dinâmica de parceria é benéfica para uma intervenção a diferentes níveis, visando o interesse da criança.

Entrevistado 6 – Sim, poderão mas é importante definir e regular estas parcerias, porque não se sabe ao certo qual o trabalho de cada instituição.

Entrevistado 7 – Sim é preciso que as instituições de acolhimento estabeleçam parcerias para que se desenvolva processos de adopção (...) para que haja uma maior eficácia do processo de adopção.

Entrevistado 8 – Sim, se conseguirmos reunir com as equipas debatemos os diferentes pontos de vista (...) As equipas têm que ser mais proactivas, hesita-se muito em concretizar projectos de adopção (...) é preciso concretizar a adopção no tempo útil da criança, ou seja, os projecto de vida de adopção têm de ser mais curtos.

Entrevistado 9 – Sim, enquanto a criança está num processo de adopção é importante haver instituições que durante este período de tempo assegurar às suas necessidades. Os técnicos dos diferentes serviços estarem mais disponíveis dos diferentes serviços e visarem o superior interesse as crianças e todos estarem neste sentido

Entrevistado 10 – Sim, quanto mais as pessoas estiverem envolvidas no processo, mais sucesso terá o caso. As parcerias são importantes para que haja um cruzamento de informações.

Entrevistado 11 – Claro, boas parcerias para que as pessoas trabalhem com um objectivo comum e único e nunca se desfoquem do interesse das crianças (...). Deviam existir mais equipas formadas especificamente na área da adopção,

Entrevistado 12 – Sim, o trabalho em parceria é funcional e agiliza o processo *é importante unir-se a informação e decidir-se em conjunto.*

Entrevistado 13 – Sim. A informação que as instituições partilham entre si é fundamental para que o processo se acelere e aquela criança não permaneça muito tempo a espera que seja decretada a adopção.

Entrevistado 14 – Sim é um bom apoio (...) fundamental para agilizar o processo de adopção, claro.

Entrevistado 15 - Supostamente sim ... mas é insuficiente (...) ainda há um certo secretismo, deveria de haver uma maior abertura dos serviços com as instituições, ou seja, um maior contacto.

Entrevistado 16 - Considero sim, mas neste momento já ninguém trabalha isolado. Se ainda existem técnicos e equipas que trabalham sem ser em parceria, penso que são uma minoria e cada vez mais tendem a diluir-se.

Entrevistado 17 - Sim, mas apenas nos casos em que o trabalho em parceria é positivo e frutuoso.

Entrevistado 18 - Sim... com a Santa Casa da Misericórdia e outras instituições que o acompanhamento o processo (...) as informações que se trocam entre instituições e equipas é fundamental na agilização do processo de adopção.

Entrevistado 19 - Sim, poderão contribuir para uma agilização dos diferentes serviços... o que é muito positivo. A troca de informações entre as instituições durante o acompanhamento do processo é fundamental para a sua concretização e realiza-se a partir destas parcerias

Entrevistado 20 - Sim... este cruzamento de dados. Aposto num trabalho multidisciplinar, se todos tivermos um trabalho conjunto é mais positivo para o superior interesse da criança. (...) Aposto num trabalho multidisciplinar é o que resulta. Se todos tivermos um trabalho conjunto é muito mais positivo para o superior interesse da criança. A adopção é muito peculiar cada vez mais, há uma retirada tardia

Entrevistado 21 - Claramente terá que ser um processo em parceria (...) as equipas convergirem no mesmo sentido, ou seja, visando o superior interesse da criança.", o que permite uma intervenção multidisciplinar (...) Boas parcerias, para que as instituições trabalhem com um objectivo comum e único, nunca desfocando o interesse da criança."



**16. Estas relações de parceria poderão contribuir para uma alteração na definição do projecto de vida da criança e/ou jovem?**

Entrevistado 1 - Sim é importante que haja um trabalho em rede, para que se trabalhe com a família, ou seja, a rede que os suporta a nível local os recursos da comunidade

Entrevistado 2 – Por vezes não (...) é uma relação complicada, uns trabalham com crianças e outros definem projectos no caso dos tribunais. (...) Há divergência de opiniões entre as equipas é, preciso que as diferentes equipas conheçam melhor os processos das crianças

Entrevistado 3 – Sim. Por exemplo, quando as equipas não chegam a consensos e o caso vai para o Tribunal, acabando este por decidir qual medida a aplicar.

Entrevistado 4 – Sim. A multidisciplinaridade entre as equipas, permite um trabalho sobre um todo, diverso, dinâmico.

Entrevistado 5 – É totalmente importante e fundamental ter um parecer e uma visão alternativa, ou seja, não ser apenas a instituição a definir.

Entrevistado 6 – O objectivo é esse, uma relação de parceria. Advém de uma relação em conjunto com as diferentes entidades (...) O objectivo é as parcerias contribuam para uma definição diversa com os diferentes equipamentos e serviços na comunidade, como a escola, o centro de saúde e outros serviços. Estas parcerias estão na base destes projectos.

Entrevistado 7 – Sim, uma instituição de acolhimento não pode ser a única responsável pelo projecto de vida (...) as parcerias são importantes para que haja uma rede de serviços que vão ao encontro das necessidades da criança.

Entrevistado 8 – Sim, na sua maioria. A relação com as equipas do tribunal, faz com que haja uma articulação visando um projecto que vá ao encontro das necessidades da criança. A multidisciplinaridade das equipas faz com que as parcerias dinamizem muito a intervenção e faz com que haja mais sucesso nas intervenções. A agilização entre as equipas faz com que se concretize a medida e se define um projecto mais adequado às necessidades daquela criança ou jovem.

Entrevistado 9 – Sim, temos que promover este relacionamento e articular com as diferentes instituições e equipamentos que trabalham com a família (...) é importante termos uma visão de outras pessoas da escola e outras entidades e partilharmos toda a informação (...) É importante que haja um trabalho em rede entre nós e as instituições que funcionam a nível

local com a família. (...) As parcerias funcionam quando há sinceridade e todos tenham o mesmo objectivo, as instituições deveriam ser mais abertas e flexíveis (...)

Entrevistado 10 – Sim (...) a cooperação entre as instituições e os diferentes serviços, para que as informações circulem na equipa e não haja um cruzamento de informações e não se repitam diligências.

Entrevistados 11 – Sim (...) existem vários olhares sobre a definição do projecto de vida daquela criança (...) os projectos são definidos de uma forma mais rica (...) As parcerias são importantes para que haja uma rede de serviços que vá ao encontro das necessidades da criança é muito importante.

Entrevistado 12 – Sim. Delegar aos vários serviços as suas funções e competências (...) há um esforço nesse sentido de se estabelecer parcerias, estamos no bom caminho. As crianças são sempre as menos beneficiadas e as famílias mais responsabilizadas.

Entrevistado 13 – Sim (...) a troca de informações que estabelecemos entre as diferentes equipas e serviços é essencial para construirmos um projecto de vida que vá ao encontro das necessidades da criança.

Entrevistado 14 - Sim. As crianças desenvolvem-se para além do lar, tem de haver um acompanhamento por parte da comunidade é importante agilizarmos todos os serviços que a comunidade têm ao serviço destas crianças (...) um trabalho em parceria. Elas sentem um estigma muito pesado é importante um trabalho em parceria com os diferentes serviços, para que as crianças se desenvolvam a diferentes níveis.

Entrevistado 15 - Sim, a circulação de informação entre as equipas... é importante estarmos com outras equipas... para que conseguirmos chegar a um consenso sobre o projecto de vida e fazermos um distanciamento e planificarmos projectos de vida mais adequados aquela criança.

Entrevistado 16 - Claramente terá que ser um processo em parceria (...) É nas reuniões de equipa com os parceiros que debatemos os casos e nos deparamos com análises diversas em relação aos menores. (...) É aqui que chegamos a consensos e a definições melhores e mais claras sobre os projectos de vida. Existem técnicos que privilegiam a visão da criança, da família ou da instituição... um rol de opiniões diversas que só em equipa se conseguem desmistificar e clarificar. Todos têm áreas de formação diferentes e possuímos diferentes valores e ideias, o que faz da multidisciplinaridade um factor ainda mais positivo a acrescentar à parceria.

Entrevistado 17 - Parceria será sem duvida o futuro das estratégias e metodologias de trabalho das equipas. Mas para além do trabalho em parceria que será na minha opinião fundamental para os Lares, será também fundamental a supervisão externa.

Esta supervisão também é contemplada no plano DOM e permitirá aos técnicos que nesse plano se inserem de ter um supervisor externo nomeadamente da Seg. Social para debater casos, duvidas na intervenção assim como estratégias e modelos de acção que poderemos definir para trabalhar com as crianças e jovens

Entrevistado 18 - Sim... trabalhar em parceria é uma mais valia... permite que os processos reflectam a realidade daquela criança, ou seja, os diferentes trabalhos que as diferentes instituições fizeram com a criança e também com a família. Hoje é essencial que as instituições trabalhem em parceria, as reuniões entre equipas reflectem isso.

Entrevistado 19 – Sim (...) o trabalho que as diferentes equipas desenvolvem quando a família se torna cooperante. Mais uma vez a multidisciplinaridade entre as equipas, permite que o processo esteja adequado as necessidades e também a realidade daquele miúdo..

Entrevistado 20 - Sim, sem dúvida... as equipas trabalham entre si e todas visam um consenso no projecto de vida das crianças... as parcerias são fundamentais.

Entrevistado 21 - O trabalho entre as instituições permite que haja uma troca de informações e possibilita um projecto de vida mais concreto para aquela criança”, “(...) é importante que haja um cruzamento de informações, para que não se cruzem diligências e acções.